

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Diogo Leal Pauletto

**Das fábricas às ruas: a luta da classe
operária contra a Ditadura**

Florianópolis

2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA E BACHARELADO EM HISTÓRIA
Diogo Leal Pauletto**

**Das fábricas às ruas: a luta da classe
operária contra a Ditadura**

Trabalho de Conclusão de Curso (HST-7801), ministrada pela professora Dr^a. Renata Palandri Sigolo, orientado pelo professor Dr. Paulo Pinheiro Machado.

Florianópolis

2013

Resumo

O presente trabalho faz parte da finalização do Curso de História da UFSC. Discute-se nesta pesquisa histórica o período de Ditadura Civil-Militar, centrando a análise na repressão ao movimento operário materializada na perseguição política de cunho econômico. Prioriza-se as perseguições sofridas pelo ex-perseguido político Tarcísio Eberhardt delimitadas ao intervalo de 1979-1981 em Campinas-SP. O presente trabalho contextualiza com o momento político em estudo e com casos de repressão sofridos por outros indivíduos. Faz-se também uma análise da relação do empresariado com a Ditadura e a repressão.

Palavras-chave: Ativismo nas fábricas. Ditadura Civil-Militar. Militância clandestino. Movimento operário. Perseguição econômica. Perseguição política.

SUMÁRIO

▪ Resumo.....	3
▪ Introdução.....	5
▪ Capítulo 1.	10
▪ Capítulo 2	22
▪ Capítulo 3.	43
▪ Conclusão.....	52
▪ Anexo A	55
▪ Fontes.....	63
▪ Referências Bibliográficas	64
▪ Ilustrações.....	72

Introdução

Algumas décadas atrás o Brasil viveu um período extremamente marcante que deixou cicatrizes tanto na sua história enquanto país como na de seu povo e de suas gerações futuras. Este período ficou popularmente conhecido como Ditadura Militar. Uma ditadura de caráter civil-militar com fortes relações com o empresariado e com imperialismo (em especial os interesses político-econômicos dos EUA no Brasil). Esta ditadura instalou um regime de violência e terrorismo de Estado contra a classe trabalhadora entre 1964-1988. No entanto, em 1979, o Congresso se viu obrigado a aprovar a Lei de Anistia como resposta as fortes mobilizações sociais que tem seu marco de início em 1977. As mobilizações, protestos de rua e greves, cada vez mais massivas, cresciam tanto quanto os saltos que dava a inflação no período. Em 1985 foram 298 greves que envolveram quase 2 milhões de trabalhadores¹. Em 28 de junho do mesmo ano é convocada a Assembleia Nacional Constituinte que funcionou até 5 de outubro de 1988 quando foi promulgada.

Após o fim da ditadura, os movimentos sociais seguiram pressionando com mobilizações e conquistaram as leis responsáveis pela implantação da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos², da Comissão de Anistia³ e da Comissão Nacional da Verdade⁴. Essas leis, apesar de representarem avanços, não chegaram a cumprir a reparação das vítimas, a construção da memória, a efetivação da justiça e a reforma de instituições do Estado, ou seja, a chamada “justiça de transição”. Mesmo a Comissão Nacional da Verdade, a mais nova dentre essas comissões, que foi criada sob o Governo Federal de Dilma Rousseff, não visa ir além de identificar os agentes da repressão policial, civil e militar. Não busca

¹ LEITE, Márcia de Paula. **Três anos de greves em São Paulo, 1983-1985**. São Paulo: Fundação SEADE, 1987.

² BRASIL. **Lei** nº 9140, de 4 de dezembro de 1995. Lei que estabelece a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos.

³ BRASIL. **Lei** nº 10559, de 13 de novembro de 2002. Lei que estabelece a Comissão de Anistia.

⁴ BRASIL. **Lei** nº 12528, de 18 de novembro de 2011. Lei que estabelece a Comissão Nacional da Verdade.

determinar a responsabilidade de cada um dos envolvidos nos crimes, realizar seus julgamentos e punir os culpados. O exemplo deste atraso em nosso país evidencia-se com o fato de o Brasil até hoje não ter nenhum agente do Estado punido por torturar, seviciar, estuprar, sequestrar ou assassinar presos políticos.

Esse período ditatorial da história brasileira ainda hoje é encarado como um tabu pelas instituições do Estado e pelos grandes veículos de comunicação. Em 2010, o STF (Supremo Tribunal Federal) julgou uma ação que questionava o entendimento vigente desde 1979 sobre a interpretação da Lei de Anistia que beneficia os agentes do Estado acusados de violarem os direitos humanos. Os ministros do STF julgaram a interpretação de 1979 como válida e garantiram assim a permanência da impunidade dessas pessoas⁵. Este julgamento teve o mérito de obrigar alguns representantes da classe dominante a se pronunciarem defendendo a impunidade desses agentes do Estado e a usarem seus veículos de comunicação, como a chamada grande mídia (mídia burguesa), para buscar legitimar suas posições frente à população cunhando àqueles que buscam por justiça de revanchistas. Mas por que este reboiço? Por que isso incomoda tanto? Estas perguntas aparentemente simples podem encontrar respostas em outras duas perguntas: Quem se beneficiou com a Ditadura Militar e quem a financiou? Este fato recente expressa que as consequências da ditadura não estão encerradas e que a disputa pelo balanço do que foi esta ditadura ainda está em aberto.

As respostas para estas perguntas ainda estão em aberto e muitas pesquisas ainda devem realizar-se e documentos precisam ser trazidos à luz do dia. No entanto, apesar dos poucos documentos que se tem acesso, já é possível apontar algumas coisas. Parte do dinheiro que patrocinou o golpe de 1964 vinha do IPES/IBAD⁶ e esse dinheiro era coordenado pelo

⁵ A decisão favorável a permanência da interpretação que estende a anistia para os agentes do Estado acusados de crimes contra os direitos humanos venceu por 7 votos contra 2 em 29 de abril de 2010.

⁶ Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) fundado em novembro de 1961 e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)

general Golbery de Couto e Silva. A fonte desses recursos eram bancos como First National City Bank, Royal Bank of Canada, Bank of Boston, de indústrias como Ford, GM, Coca-Cola⁷. Muitos dos atuais grandes veículos de comunicação tiveram papel na articulação do golpe através da “Rede da Democracia”, capitaneada pelos Diários Associados junto com rádio Tupi, Jornal do Brasil e a Rede Globo⁸. Será que a revisão da anistia e a investigação e punição de criminosos poderia ameaçá-los de alguma maneira e por isso o reboliço? Eis uma questão para se refletir.

A criação das comissões citadas acima, mesmo com suas debilidades, possibilitou certa abertura dos arquivos deste período de terror o que impulsionou a pesquisa histórica nesta área. Atualmente a pesquisa sobre a Ditadura Militar e sua perseguição política ganhou um novo fôlego com a Comissão Nacional da Verdade e os novos processos de ex-perseguidos políticos exigindo reparação.

Algumas entidades do movimento operário começaram a acessar informações obtidas com as novas pesquisas, a se relacionar com pesquisadores e formar grupos específicos com a tarefa de trazer a memória dos anos de chumbo à tona. O objetivo é tanto o de buscar reparação para os ex-perseguidos como para travar uma batalha importante no campo da teoria científica com a tese de que só é possível compreender a Ditadura Militar brasileira buscando sua relação com os interesses das grandes empresas nacionais e multinacionais. Neste contexto, por exemplo, o Sindipetro AL/SE criou a Comissão da Verdade, Memória e Justiça “Alan Rodrigues Brandão” para pressionar pelo julgamento e punição dos agentes do Estado identificados com a repressão política e para cooperar nos trabalhos com a Comissão Nacional da Verdade⁹.

fundado em maio 1959.

⁷ DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado, ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Ed Vozes, 1981.

⁸ CARVALHO, Aloysio Castelo de. **A Rede da Democracia: O Globo, O Jornal e Jornal do Brasil na queda do governo Goulart (1961-64)**. Niterói, Eduff/Nitpress, 2010.

⁹ SINDIPETRO AL/SE. **Sindipetro AL/SE lança Comissão da Verdade, Memória e Justiça ‘Alan Rodrigues Brandão’**, 5 marc. 2013. Disponível em: <http://sindipetroalse.org.br/noticia/643>.

Estes trabalhos ajudam também a dimensionar a perseguição política sofrida pelos trabalhadores. Muitas vezes o movimento operário é esquecido ou subestimado quando o tema é tortura, assassinato, ou perseguição, por haver uma ideia comumente divulgada de que os torturados eram guerrilheiros e, principalmente, estudantes. Entretanto, os trabalhos da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo levantaram dados sobre os nomes que constam na categoria de “Mortos e Desaparecidos Políticos” e concluíram que 56% deles eram trabalhadores¹⁰.

Muito dos documentos da Ditadura Civil-Militar e de suas perseguições políticas seguem ocultos para os brasileiros. Isto nos impossibilita de saber o que aconteceu, como ocorreu, como eram essas perseguições, quem foram as vítimas, como afetava a vida desses trabalhadores e qual a relação das empresas com a ditadura. São perguntas importantes que seguem sem respostas ou com respostas insuficientes. Um método possível de suprir esta lacuna é buscar pesquisar a vida de ex-perseguidos políticos e também o uso do relato pessoal como fonte para poder juntar mais peças neste quebra cabeça.

Neste contexto, em que a pesquisa e o debate sobre este tema encontra-se bastante atual e vivo, há também novos anistiados políticos. Um desses anistiados chama-se Tarcísio Eberhardt, nascido no dia 23 de novembro de 1956 em Gaspar-SC, e foi anistiado em 2012. Tarcísio começou sua militância política e sindical aos 20 anos de idade e trabalhou em diversas fábricas no período de 1979-1981. A última fábrica na qual trabalhou foi a Wabco da qual foi demitido em julho de 1981. A demissão foi motivada devido ao seu envolvimento com o movimento operário e não conseguiu mais emprego em São Paulo muito provavelmente por causa do registro que o empresariado fazia dos trabalhadores indesejados também conhecido como “lista suja”. Após meses de procura por emprego

Acesso em: 28 marc. 2013.

¹⁰ OLIVEIRA, C. Trabalhadores, jovens e até bebês foram vítimas da ditadura. **Portal IG**, 5 fev. 2013. Disponível em: <http://colunistas.ig.com.br/poderonline/2013/02/05/trabalhadores-e-jovens-foram-os-principais-avos-da-ditadura/>. Acesso em: 28 marc. 2013.

e com uma filha de três anos de idade, decidiu voltar para Santa Catarina.

A demissão e o impedimento de conseguir emprego são características do que se considera perseguição econômica. Este tipo de perseguição política não tende a ser considerada de forma relevante quando o assunto é a repressão na Ditadura. No entanto, ao considerar a perseguição econômica como um tipo de repressão estaremos aumentando a abrangência da repressão e, conseqüentemente, aumentando o número de pessoas vitimadas por ela. A anistia concedida pelo Estado a Tarcísio é o reconhecimento desta perseguição como uma ação do “arsenal” de repressão. O Estado está também admitindo sua culpa por ter apoiado e participado destes tipos de medidas.

Para tentar responder alguns questionamentos levantados pelo tema de pesquisa deste trabalho e estabelecer uma relação entre o geral e específico (a relação do contexto histórico e da repressão sofrida pelo ex-perseguido político), este trabalho propõe uma análise da Ditadura Militar nos marcos da perseguição política aos movimentos sociais, em especial o dos trabalhadores, através da pesquisa histórica centrada em duas fontes: entrevista com Tarcísio Eberhardt e o processo que o concedeu anistia.

Para esta análise, faz-se também necessário basear-se em publicações de estudos sobre o respectivo período histórico e tema em questão para torná-lo mais rico e para inserir este trabalho dentro de seu respectivo contexto histórico. Será feito também uso da comparação como forma de análise entre outros ex-perseguidos políticos para ajudar a vislumbrar melhor os cenários e permitir exercer melhor os questionamentos propostos.

No *capítulo 1* discuti-se a conjuntura em que o golpe de estado acontece abordando a luta de classes entre trabalhadores e burgueses. Já no *capítulo 2* aborda-se as perseguições políticas e o caso de Tarcísio Eberhardt. E no *capítulo 3* discuti-se a inter-relação de setores do empresariado com a Ditadura Civil-Militar.

Capítulo 1. Classe operária e Repressão

No dia 1º de abril de 1964 foi instaurada uma Ditadura Militar no Brasil por meio de um golpe que já estava sendo orquestrado há algum tempo. Foi o início de uma noite que durou décadas. Durante a madrugada deste fatídico dia iniciou-se movimentações de tropas militares com o objetivo de destituir o presidente de então. Tropas vindas de Juiz de Fora (MG), comandadas pelo general Mourão Filho, ocuparam o Rio de Janeiro. O presidente João Goulart foi deposto sem oferecer resistência e buscou exílio no Uruguai após passar pelo Rio Grande do Sul. Tudo isso sob o conhecimento e aval do governo dos EUA e de seu embaixador no Brasil, Lincoln Gordon, que chegaram a realizar a “*Operação Brother Sam*”. Esta operação consistia nos deslocamentos de navios militares à costa brasileira para estarem preparados em caso de haver resistência ao golpe. Assim, inaugurou-se um longo período de terror fruto de uma ditadura de caráter civil-militar, construída por uma aliança entre um setor de empresários brasileiros, o estado-maior das Forças Armadas e multinacionais, que elegia o movimento operário e suas organizações sindicais e políticas como principal inimigo a ser combatido.

Os fundadores do IPES [Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais] do Rio e de São Paulo, o núcleo do que se tornaria uma rede nacional de militantes de grupos de ação, vieram de diferentes *backgrounds* ideológicos. O que os unificava, no entanto, eram suas relações econômicas multinacionais e associadas, o seu posicionamento anticomunista e a sua ambição de readequar e reformular o Estado. Esses empresários visavam a uma liderança política compatível com sua supremacia econômica e ascendência tecnoburocrática, pois, como foi observado, “a direção do país não podia mais ser deixada somente nas mãos dos políticos”.¹¹

¹¹ DREIFUSS, René Armand, op. cit., p. 163.

Os anos que precedem o golpe de 1964 foram de crescente mobilização das massas. As mobilizações intensificam-se com a renúncia de Jânio Quadros e a luta de classes torna-se cada vez mais explícita. De agosto de 1961 a abril de 1964, o Brasil viveu um período de crescentes lutas sociais inédito até então. “Entre as propostas das *reformas de base* [grifo do autor] e a reação conservadora, o país dividiu-se, polarizou-se”.¹²

João Goulart, vice-presidente de Jânio Quadros, assumiu a presidência em 1961 com um discurso de aparência progressista. O governo de Jango contava com grande colaboração do CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) que apoiava boa parte de suas iniciativas políticas. Este compromisso se embasava na “ideologia nacional-desenvolvimentista, elaborada pelo PCB e hegemônica dentro do CGT”¹³ e ia ao encontro das políticas reformistas do governo. O programa populista e nacionalista de Goulart, o apoio de entidades sindicais e partidos de esquerda em tempos de guerra anticomunista mundial, e isso tudo acontecendo no aprofundar da revolução cubana que acabara de expropriar o grande capital, tomavam o caráter de “perigo vermelho” para a burguesia. Esta alardeava a sua visão para a sociedade através dos veículos de comunicação, os quais era ela a proprietária, como explica TOLEDO:

Para afronta dos setores de direita, as lideranças do CGT eram recebidas em Palácio pelo presidente da República e reconhecidas como interlocutores de importantes dirigentes partidários. A imprensa conservadora designava o CGT como o

¹² REIS, D. A. Classe operária, partido de quadros e revolução socialista. O itinerário da Política Operária – Polop (1961-1986). In FERREIRA, J. e REIS, D. A. **Revolução e democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 53-72.

¹³ TOLEDO, Caio Navarro de (2004). **1964: golpe contra as reformas e a democracia**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882004000100002&script=sci_arttext. Acesso em: 28 abr. 2013.

"quarto poder", reforçando o fantasma, forjado na época de Vargas, de que Goulart visava instituir no país uma "República sindicalista".¹⁴

Os movimentos sociais exigiam mudanças profundas que rumassem na direção da transformação da realidade brasileira estigmatizada pela ampla desigualdade social. Algumas dessas reivindicações eram a reforma agrária, melhores condições de trabalho e salários, maior controle sobre a remessa de lucros para o exterior, reforma urbana contra especulação imobiliária. Nas Forças Armadas houve crescimento das insatisfações dos escalões mais baixos da hierarquia militar que exigiam poder se candidatar para cargos eletivos. Essas insatisfações deram origem a revoltas que deixavam o estado-maior do exército atento, pois era uma ameaça a linha de comando militar – uma peça fundamental para a hierarquia militar. Por outro lado, o descontentamento com o governo de João Goulart crescia entre o estado-maior das Forças Armadas e entre a grande burguesia, pois enxergavam ligações de Goulart com o “comunismo internacional” e temiam por seus negócios e seus postos de comando. No início de 1964, antes do golpe, começaram a haver manifestações públicas organizadas pela burguesia e Igreja Católica. Essas manifestações eram as “Marchas da Família com Deus pela Liberdade” e começaram em março, menos de um mês antes do 1º de abril. Dessa maneira João Goulart era pressionado tanto pelas massas populares que exigiam mudanças concretas quanto pela elite econômica, militar e clerical que eram contrárias a essas mudanças e consideravam Jango como sendo no mínimo brando com os manifestantes.

Mas não podemos cair no equívoco de relativizar esta questão de forma simples porque se pode incorrer em acreditar que a Ditadura Civil-Militar era apoiada por parte da sociedade – entendendo-a como algo homogêneo - esquecendo ou evitando de se questionar quem compunha esta parte. É importante identificar os interesses que estavam em choque, pois de um lado estavam as massas populares e de outro a elite política e econômica, uma parcela muito pequena da população. A

¹⁴ Idem.

sociedade pode ter se dividido e se polarizado, mas esta polarização refletia a realidade da desigual sociedade capitalista que é dividida em classes sociais. Em realidade a sociedade não se dividiu, ela expressou de forma mais nítida a sua dura face e os interesses antagônicos entre a esmagadora maioria da população e um ínfimo grupo de proprietários dos meios de produção que lucra com a exploração do país e de seu povo. As classes sociais¹⁵ antagônicas tornaram mais explícitas suas lutas pelos seus interesses antagônicos.

O desempenho econômico do país é um elemento que também compunha parte do pano de fundo da crise durante o governo de João Goulart e é importante para entender a “guerra social” que acontecia. Havia o conflito entre duas saídas diferentes e irreconciliáveis para a crise de então. Essas propostas representavam os interesses de classes sociais antagônicas, a saber, burguesia e operária. No início da década de 1960, o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) atingia níveis altíssimos como os 8,6% de 1961, mas caiu para 0,6% em 1963. A indústria apresentou crescimento negativo de -0,2% neste mesmo ano, algo que não ocorria desde a 2ª Guerra Mundial. A inflação cresceu na mesma proporção que o PIB diminuía: em 1960 a taxa de inflação era de 30,5% e em 1963 era de 79,9%¹⁶. O forte desequilíbrio no balanço de pagamentos vinha se aprofundando desde a década de 1950 e muitas vezes se tornou a questão central da condução da política

¹⁵ Estamos adotando a definição de classe social pela ótica de que a classe de cada indivíduo é definida sobretudo pela forma como este adquire os meios para a sua existência. A classe burguesa é aquela que é dona de meios de produção (como fábricas e terras) e vive da exploração dos indivíduos que trabalham nesses meios de produção. A classe dos trabalhadores é aquela que, por não ser proprietária de nenhum meio de produção, apenas pode garantir sua existência através da venda de sua própria força de trabalho.

¹⁶ FONSECA, Pedro Cezar Dutra (2004). **Legitimidade e Credibilidade:** Impasses da Política Econômica do Governo Goulart. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-41612004000300007&script=sci_arttext&tlng=pt . Acesso em: 29 abr. 2013.

econômica¹⁷. A situação econômica do país era também uma das razões para as grandes manifestações.

A classe dominante no Brasil não estava solitária nos seus temores e nas caracterizações sobre o governo Goulart. O governo dos EUA, sob o comando de Lyndon B. Johnson, também compartilhava dos temores de parte da elite brasileira. Do ponto de vista do governo dos EUA e de sua relação político-econômica com o Brasil, um país estável era fundamental para garantir o cumprimento dos acordos previamente conformados e auferir lucros sem riscos demasiados para suas multinacionais. Não obstante, a revolução socialista em Cuba amedrontava a classe burguesa de norte a sul do continente americano assim como a revolução negra do Haiti - no final do século XIX - deixou apavorados todos os senhores de escravos desse mesmo continente com medo de um levante continental contra eles. Neste contexto, devido à influência político-econômica na América do Sul e seu território continental, o governo dos EUA temia que para onde o Brasil fosse todos os países sul americanos iriam. De certa maneira não deixou de ser verdade com a guinada ditatorial em toda a América Latina. O presidente estadunidense, o democrata Lyndon Johnson, moveu o seu aparato imperialista para planejar uma ação militar em caso de guerra civil no Brasil em função de destituição do presidente brasileiro João Goulart. Em solo brasileiro foram usadas a CIA (*Central Intelligence Agency*) e a embaixada dos EUA – sob o comando de Lincoln Gordon – para articularem o golpe de estado com setores burgueses e conservadores da sociedade.

Os registros das intervenções estadunidenses na história do Brasil são também de difícil acesso como os próprios documentos da Ditadura Civil-Militar, pois parte considerável deles é classificada como secretos ainda hoje. Em 2007, os EUA tornaram público uma parcela pequena dos arquivos secretos da CIA referentes ao Brasil. Nestes documentos foi possível encontrar “*A Contingency Plan for Brazil*” (um plano de contingência para o Brasil) escrito por Lincoln Gordon e Benjamin H. Head - então secretário-executivo do Departamento de Estado dos EUA. Encontrou-se também o pedido de Gordon por uma força-tarefa naval e por armas para entregar à apoiadores de

¹⁷ Idem.

Castello Branco. Essa operação, aceita e colocada em andamento pelo governo dos EUA, ficou conhecida como “Operação Brother Sam”.¹⁸

Esses temores da classe dominante não eram sem causa. A pressão dos movimentos sociais, com o movimento operário à frente, havia conquistado vitórias importantes desde 1961. Aos olhos da elite essas vitórias eram derrotas de seus interesses econômicos e políticos. Um bom exemplo é a lei sobre as remessas de lucros¹⁹ do capital estrangeiro ao exterior. Esta lei foi aprovada em 1961 pelo Congresso devido a grande pressão popular. A reação foi imediata, o governo e empresas estadunidenses cortaram o crédito para o Brasil e interromperam a negociação da dívida externa. João Goulart não assinou esta lei devido a grande pressão da burguesia. Mas a lei sobre as remessas de lucros voltou à cena em 1964. As mobilizações não só haviam continuado como haviam crescido e a pressão sobre o governo estava claramente maior. Dessa vez, três meses antes do golpe, Goulart assina a lei.

A classe trabalhadora organizou grandes protestos e greves no período que antecede o golpe e obteve grandiosas vitórias. Uma delas, de importância para o período, se trata da aprovação pelo Congresso da realização do plebiscito sobre a volta do presidencialismo. O regime presidencial recebeu mais de 95% dos votos neste plebiscito. O retorno de Goulart ao comando do país como chefe executivo máximo só foi possível através de muitas manifestações e de uma grande greve organizada pelo CGT que contou inclusive com apoio de setores dos militares. Os trabalhadores colhem frutos até hoje de outras conquistas desta época. Este é o exemplo do 13º salário para os trabalhadores urbanos que conquistaram graças a greve de 5 de julho de 1962. Outro exemplo importante que simboliza a correlação de forças na luta de classes dos anos anteriores ao

¹⁸ DÁVILA, S. Planos dos EUA antecipa ação dos militares. **Folha de São Paulo**, 15 jul. 2007. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u312050.shtml> .

Acesso em: 29 abr. 2013.

¹⁹ BRASIL. Lei nº 4131, de 3 de setembro de 1962. Disciplina a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior e dá outras providências.

golpe é o processo que culminou com a nacionalização das refinarias de petróleo e com a expropriação de propriedades às margens de ferrovias, rodovias e zonas de irrigação de açudes públicos para a reforma agrária. Essas medidas foram anunciadas no dia 13 março de 1964 no grande comício na Estação Central do Brasil (Rio de Janeiro). Essas medidas, ainda limitadas do ponto de vista dos interesses da classe trabalhadora, só foram conquistadas devido aos muitos protestos e greves que pressionaram o presidente e outros políticos. Em realidade, é “importante que se diga: ele [João Goulart] não queria ir” e Brizola e Arraes também não queriam ir para o comício da Estação Central do Brasil.²⁰

A importância da recapitulação do processo que tem como desfecho o golpe militar reside na necessidade de compreendermos que àquele era um momento em que a luta de classes estava efervescente na sociedade brasileira. As duas principais classes, a burguesa por parte dos exploradores e a operária por parte dos explorados e oprimidos, estavam em rumo de colisão iminente. Não é possível sabermos como seria a história se não houvesse o golpe, mas podemos afirmar que sabemos quem reinou no Brasil após 1964.

Neste sentido é possível dizer que a classe dominante possuía maior clareza da situação em que o país vivia, de quais eram seus interesses, de quem eram seus inimigos e de como garantir sua continuidade no comando da sociedade brasileira. Os explorados e oprimidos não possuíam dessa mesma clareza de seus inimigos de classe. Muito provavelmente em razão das péssimas condições de vida que roubam nosso tempo livre e debilitam muito nossa formação intelectual e política. Os polos mais conscientes, organizados em partidos políticos como o PCB – maior partido socialista na época, de influência de massas -, em sua maioria contribuíram para a derrota do movimento operário no momento em que chamaram os trabalhadores à confiarem em Jango e à acreditarem que havia um setor nacionalista da burguesia que poderia unir-se aos trabalhadores na luta contra um golpe de estado levantando as bandeiras de

²⁰ BASTOS, Paulo Mello. **A Caixa-Preta do golpe de 64**: a república sindicalista que não houve. Rio de Janeiro: Família Bastos Editora, 2006, p. 27-48.

independência nacional e democracia²¹. É importante salientar que esta política que o PCB defendia podia ser hegemônica, mas não era unanimidade. A visão do PCB e de Luis Carlos Prestes de que a direção da revolução brasileira estava entregue para Jango²² não era compartilhada por todos os partidos socialistas. Algumas organizações acreditavam que naquele momento de aprofundamento da luta de classes era necessário preparar a classe operária para os grandes combates que estavam por vir. Dentre estas havia também duas principais visões: uma, que ficaria conhecida como “foquismo”, acreditava que devia-se seguir o exemplo cubano e organizar guerrilhas; a outra acreditava na força das mobilizações de massas e por isso devia-se organizar os trabalhadores através de suas entidades sindicais para impedir o golpe reacionário. Na própria década de 1960 havia um importante debate sobre qual devia ser a principal tarefa das organizações operárias no Brasil e existiam militantes de esquerda e organizações socialistas que afirmavam que a tarefa central era mobilizar o movimento de massas para frear ou impedir o golpe, sem depositar confiança no governo de Goulart.

La situación latinoamericana, incluso la del país hermano, con su historia, economía, relaciones sociales, política y carácter del gobierno indicaba que era inevitable un golpe de estado reaccionario. La gran tarea, entonces, era movilizar al movimiento de masas brasileño para frenar [el golpe] o aplastarlo, sin depositar la más mínima confianza en el gobierno de Goulart o Brizzola.²³

²¹ FALCÃO, Frederico José. **Os homens do passo certo** – O PCB e a esquerda revolucionária no Brasil (1942-1961). São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sundermann, 2012.

²² GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas, a esquerda brasileira: das ilusões perdidas a luta armada**. São Paulo: Ática. 1990.

²³ MORENO, Nahuel. Dos Métodos Frente a la Revolución Latinoamericana. **Marxismo Vivo Nueva Época**, San Pablo, nº 1, 2010, p. 26.

Portanto, como normalmente acontece em momentos de grandes inflexões sociais, havia outras visões que concebiam tarefas diferentes para o movimento operário e suas organizações. Porém, o CGT e o PCB educaram os trabalhadores a confiarem em Jango e não em suas próprias forças.

O grande ascenso operário e camponês ameaçava a dominação burguesa. A própria hierarquia das Forças Armadas, instituição importante para a elite manter seus interesses à força, parecia que iria se dividir. O golpe civil-militar de 1º de abril, apoiado pelos EUA²⁴, pôs todo o aparato repressivo do estado para reprimir e disciplinar a população. Apesar de ser um golpe contra o governo de então, foi também contra a classe trabalhadora e suas organizações sindicais e políticas. Cortaram as possibilidades de militância nos sindicatos “com prisões, desaparecimentos, e intervenções em sindicatos, assim como” atacaram “as liberdades democráticas, com as cassações de parlamentares, a censura, fechamento de partidos”²⁵. Centenas de sindicatos sofreram imediata intervenção, mais de 10 mil pessoas foram expulsas das Forças Armadas e do serviço público. Transformaram navios em presídios na costa do Rio de Janeiro e de Santos devido ao gigantesco número de presos políticos. Desta data em diante teve um hiato no movimento de massas. Mesmo havendo protestos e, às vezes, manifestações

²⁴ Muitos são os documentos, fontes e registros históricos que mostram os interesses dos EUA no golpe. A manchete da Folha de São Paulo de 4 de abril de 1964 traz uma reportagem comemorando o apoio político e econômico dos EUA ao Brasil. Fazem questão de citar parte da fala do secretário de Estado dos EUA Dean Rusk: “Os militares, os governadores de Estados democráticos e os que os apoiaram puseram fim, a meu entender, a uma ameaça contra o sistema constitucional do país. Derrubaram o presidente pra defender a Constituição”.

Será aumentada a ajuda dos Estados Unidos ao Brasil. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 2, 4 abr. 1964. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1964/04/04/2//4421115> Acesso em: 29 abr. 2013.

²⁵ WELMOWICKI, José. **Cidadania ou Classe?** O movimento operário da década de 80. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2004.

grandes como em 1968 ou guerrilhas organizadas pela esquerda, não se comparam com a força exibida pelo movimento popular no período anterior. O movimento de massas só voltaria ao cenário com grande força, lutando por aumentos salariais e enfrentando a Ditadura Civil-Militar, a partir da greve estudantil de 1977 e das greves operárias 1978 e 1979.

A Ditadura Civil-Militar foi erguida sobre uma base ideológica que buscava identificar os principais responsáveis pelas debilidades econômicas do país vividas, principalmente, nos anos que antecedem o Golpe de 1964 e que afetaram a estabilidade dos negócios para o empresariado. Essa instabilidade ameaçava o rumo do Brasil ao seu lugar de direito como “Brasil Potência”, segundo os propagandistas dessas ideias²⁶. As razões da instabilidade, segundo os ideólogos burgueses, se encontravam assentadas em território brasileiro e misturadas entre estudantes, trabalhadores, camponeses e trabalhadores rurais. Eles eram responsáveis por organizar passeatas, protestos e greves que obrigaram João Goulart a aprovar algumas medidas contra os interesses dos empresários e multinacionais. Sob a ótica dessa ideologia, era necessário combater os indivíduos e as organizações responsáveis por organizar as “convulsões sociais” e derrubar o governo de Jango que não era feroz como deveria com o movimento popular. Os indivíduos “subversivos” eram em sua maioria estudantes e trabalhadores e suas organizações iam desde coletivos e entidades sindicais e estudantis até organizações políticas revolucionárias e socialistas. Estes eram os chamados inimigos internos que a ditadura tanto combateu: os setores mais organizados da classe trabalhadora e dos explorados e oprimidos em geral.

Essa ideologia se expressava na chamada Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e no *modus operandi* de toda a estrutura do Estado brasileiro. A Ditadura Civil-Militar encarava os socialistas, os militantes de esquerda e qualquer pessoa que fizesse crítica ao sistema econômico social, ao regime ou aos militares como inimigo interno à ser combatido. Como inimigos

²⁶ FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, nº 47, p. 29-60. 2004.

de um Estado que representa a vontade da nação – sob a ótica da ideologia do inimigo interno -, merecem ser combatidos de todas as formas e com qualquer tipo de método. As prisões por “subversão”, os desaparecimentos, os assassinatos, as torturas se tornaram método oficial tanto de punição quanto de inquérito e se transformaram em política de Estado.

A arma da pressão e subjugação representava a base da pirâmide do autoritarismo e do sistema de imposição da vontade absoluta dos governantes. No topo existiam os Atos Institucionais, o SNI [Serviço Nacional de Informações], O Conselho de Segurança Nacional, as altas esferas de poder. Na porção intermediária da pirâmide, toda a estrutura jurídico-política de repressão e controle: LSN [Lei de Segurança Nacional], Lei de Imprensa, inúmeros instrumentos legais de exceção. Pouco acima da base, a Justiça Militar “legalizando” as atrocidades dos inquéritos, ignorando as marcas e laudos das torturas, transformando em decisões judiciais aquilo que os órgãos de segurança arrancavam dos presos políticos mediante pressões que iam da intimidação para que confessassem, até ao limite dos assassinatos seguidos de desaparecimento dos cadáveres.²⁷

Uma gama de “crimes” bastante diversa era enquadrada como “prática de propaganda subversiva”. Qualquer atividade que pudesse ser interpretada como “doutrinação comunista”, “incitação à luta de classes” ou “pregação de ódio entre as classes” era imediatamente considerada criminosa. Portanto qualquer atividade ou manifestação crítica ao governo ou ao regime militar ou as empresas, multinacionais e latifúndio eram proibidas e enquadradas como “subversivas”²⁸.

²⁷ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil**: nunca mais. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 203.

²⁸ Idem.

Isto afetava, de certa maneira, toda a população brasileira, mas foi um conjunto de políticas feitas sob medida para a classe trabalhadora. Agora, qualquer forma de se organizar e lutar pelas mais mínimas melhorias nas condições de trabalho e de vida era considerada ação criminosa e passível de demissão, prisão, tortura e assassinato. E a lucratividade das empresas e, em especial, das multinacionais cresceu estrondosamente apoiada nas costas da classe trabalhadora brasileira que estava submetida ao jugo deste Estado terrorista. Novas informações sobre os mortos e desaparecidos políticos da ditadura corroboram com a observação de que a classe trabalhadora foi o principal alvo da ditadura militar. Os trabalhadores são 56% dos mortos e desaparecidos políticos de São Paulo, o estado mais populoso e de maior concentração operária industrial do Brasil.²⁹ Este dado é importante para percebermos que a repressão da Ditadura Civil-Militar estava concentrada em um determinado setor da sociedade e que este setor era a classe social que agregava a esmagadora maioria da população brasileira.

É neste contexto que uma simples panfletagem no ABC sobre o 1º de maio – dia do trabalhador – se torna crime e as pessoas que estavam entregando os materiais são presas e torturadas. Os ativistas presos faziam parte da organização Liga Operária (LO) que foi atrás do movimento de massas buscando apoio e o encontrou no movimento estudantil da USP (Universidade de São Paulo). “As manifestações pela libertação dos oito presos espalharam-se pelas universidades. (...) Reapareceu a palavra maldita: 'Anistia'”³⁰. A greve estudantil contra essas prisões se espalha por todo o estado de São Paulo atingindo cerca de 80 mil estudantes universitários em greve. As greves estudantis de 1977 e as greves operárias de 1978 e 1979 marcam a volta do movimento de massas e classista ao cenário político e na luta contra a Ditadura.

²⁹ OLIVEIRA, C. Trabalhadores, jovens e até bebês foram vítimas da ditadura. **Portal IG**, 5 fev. 2013. Disponível em: <http://colunistas.ig.com.br/poderonline/2013/02/05/trabalhadores-e-jovens-foram-os-principais-alvos-da-ditadura/>. Acesso em: 28 marc. 2013.

³⁰ GASPARI, Elio. **A Ditadura Encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 405.

Capítulo 2. Militância e Perseguição

O Golpe de Estado resultou em uma Ditadura Civil-Militar que elegia a classe trabalhadora como principal inimigo. A ideologia do “inimigo interno” e a Lei de Segurança Nacional (LSN) são expressões no campo ideológico e jurídico desta escolha, pois os alvos destes mecanismos eram os movimentos populares e, principalmente, o movimento operário. Este grande controle repressivo veio acompanhado de forte intervenção na área sindical e trabalhista. O objetivo era impedir qualquer resistência da classe trabalhadora porque o crescimento dos lucros das grandes empresas e multinacionais se assentava também na redução de direitos dos trabalhadores e na redução do poder de compra de seus salários. Ou seja, em uma maior exploração da força de trabalho que, por sua vez, só foi possível graças a um regime de terror. A perseguição, repressão, prisão, tortura e assassinato se tornaram política de estado. Porém, há uma certa visão correntemente divulgada pela classe dominante no Brasil ou por representantes dela sobre uma “ditabranda”, sobre a “tese dos excessos” ou da “ação independente da repressão” que se torna importante frisar por ser veiculada em meios de comunicação de massa. Há uma certa visão sobre a amenização da repressão durante o governo Geisel (1974-1979) principalmente por ter posto um fim ao AI-5 e ser considerado o iniciador da redemocratização com o projeto de abertura lenta, gradual e segura. Esta análise que resulta em uma compreensão equivocada sobre os responsáveis pela redemocratização no Brasil parte do pressuposto de que o estado maior das Forças Armadas estava dividido entre os chamados “linha dura” e os “linha branda”. Mas será mesmo que havia esta divisão e que sua fronteira era fazer mais uso ou menos uso das forças repressoras do Estado? Carlos Fico aborda essa controvérsia em seus trabalhos:

Mas a tese dos “excessos”, hoje em dia, é apenas uma tópica de um discurso fraudulento. Conta, até mesmo – como todo bom estereótipo -, com premonições: o vice-presidente Pedro Aleixo, quando da reunião do Conselho de Segurança Nacional que aprovou o AI-5, disse não temer a aplicação

do Ato pelas “mãos honradas” de Costa e Silva, mas a atuação do “guarda de esquina”. Ao contrário, hoje podemos afirmar, baseados em evidências empíricas, que a tortura e o extermínio foram oficializados como práticas autorizadas de repressão pelos oficiais-generais e até mesmo pelos generais-presidentes.³¹

Podemos observar que essas práticas eram aceitas pelos comandantes e governos militares independentemente se eram considerados “linha dura” ou “linha branda”. Todos consideravam a tortura e assassinato no mínimo como uma necessidade conjuntural, como um “mal menor”³². Ernesto Geisel não foi uma exceção neste quesito: “Porque antigamente você prendia o sujeito e o sujeito ia lá para fora. [...] Ó Coutinho, esse troço de matar é uma barbaridade, mas eu acho que tem que ser” [grifo do autor deste trabalho] ³³. O projeto do governo ditatorial de uma abertura “lenta, gradual e segura” não era contra a continuação das prisões, tortura e assassinatos. A perseguição e repressão podem ser interpretadas como peças chaves para uma “abertura segura” do ponto de vista de quem governava o país e de quem se beneficiava com a Ditadura Civil-Militar. Os dados sobre repressão no segundo ano de governo de Geisel mostram que “em setembro de 1975 passaram 142 pessoas pelos DOI's³⁴ de todo o país” e que os “casos de tortura haviam triplicado em relação a 1974”³⁵. Muitos estudantes, trabalhadores e militantes de organizações de esquerda ou socialista foram vítimas mesmo durante a “abertura”. A visão de que o governo Geisel era mais brando advém da subestimação do ascenso do movimento operário e de sua força e/ou da

³¹ FICO, Carlos, op. cit., p. 36.

³² Idem.

³³ Conversa de Ernesto Geisel com General Dale Coutinho um mês antes de tomar posse como presidente da Ditadura. GASPARI, Elio. **A Ditadura Derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 314.

³⁴ Destacamento de Operações de Informações.

³⁵ GASPARI, Elio. **A Ditadura Encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 161.

desconsideração da existência da luta de classes na sociedade capitalista. A potência que o movimento operário expressou muda correlação de forças na sociedade e impede o terror estatal de agir como antes e põe na ordem do dia a necessidade de o próprio governo da época dar respostas à algumas reivindicações. Isto posto, o plano de abertura lenta, gradual e segura e outras ações no mesmo sentido se devem a perda de força da Ditadura e de seu controle sobre as massas e não da benevolência de Ernesto Geisel ou de seu governo.

Podemos citar ainda mais informações sobre a continuidade da repressão. Em 1977, militantes de uma organização de esquerda preparava uma atividade no chão das fábricas. No dia de 28 de abril a polícia prendeu oito deles, três empregados em metalúrgicas do ABC e cinco universitários “quando saíam para uma panfletagem que convocava o povo para as manifestações durante o Primeiro de Maio”³⁶. Esta organização se chamava Liga Operária³⁷ e foi neste dia que a Ditadura tomou conhecimento de sua existência e começou a planejar seu fim com a “Operação Lótus”³⁸. Estes estudantes e operários foram presos e torturados. “Entre eles estavam os operários Celso Giovanetti Brambilla, José Maria de Almeida e Márcia Bassetto Paes, além de Ademir Mariri, Fernando Antonio

³⁶ ibidem, p. 405.

³⁷ Liga Operária virou Convergência Socialista nesse mesmo ano (1977) e depois foi uma das organizações que deram origem ao PSTU em 1993.

³⁸ “A 28 abr 77, em virtude da detenção, pelos Órgãos de Segurança de São Paulo, de alguns elementos realizavam panfletagem, alusiva ao dia “1º de Maio”, tomou-se conhecimento da existência da organização subversiva, de linha trotskysta, auto-denominada LIGA OPERÁRIA (LO).

A partir de 19 Set 77, procedeu-se ao início de uma OPERAÇÃO DE INFORMAÇÕES (OPERAÇÃO “LOTUS”) que visava levantar toda a estrutura orgânica, bem como as diversas frentes de atuação da LO. (...)

Em 22 Ago 78, mediante autorização superior, o DOI/II Ex, em conjunto com o DOPS/SP, iniciou o desmantelamento daquela organização subversiva, (...)” Requerimento de anistia. Processo nº2011.01.69989.

de Oliveira Lopes e Anita Maria Fabri”³⁹. Há também muitas outras vítimas neste espaço de tempo.

Ainda em 1975, o jornalista Vladimir Herzog, ligado ao PCB, foi preso e assassinado nos porões do II Exército. No ano seguinte foi a vez do líder operário, também militante do PCB, Manoel Fiel Filho. (...) Durante todo o ano de 1977 a polícia perseguiu e prendeu estudantes, tentando impedir a realização de Encontros Nacionais de Estudantes (ENEs) para a reconstrução da União Nacional dos Estudantes (UNE). (...) E, já em 1979, o operário Santo Dias da Silva foi morto num piquete da greve dos metalúrgicos.⁴⁰

Entretanto, a Ditadura Civil-Militar também fez uso de outros mecanismos de repressão e perseguição. Utilizou-se amplamente das leis da CLT de 1943 que permitiam que o Estado controlasse os sindicatos. Aprimorou a pressão sobre os trabalhadores com o fim da estabilidade no emprego na iniciativa privada - até 1966 os trabalhadores adquiriam estabilidade no emprego após 10 anos de trabalho⁴¹. A importância desta medida se deve ao fato de os trabalhadores se sentirem mais a vontade de lutar por seus direitos e por melhores condições de vida quando se sentem seguros em seus empregos. Afinal, não há liberdade no trabalho se sempre houver a ameaça da demissão a espreita. As greves eram consideradas um perigo à segurança nacional e, portanto, proibidas. Quem fizesse greve poderia não só ser despedido como ser preso sob o auspício da LSN.

A intervenção nos sindicatos os limitava a colaboração com o Estado e as patronais. Os interventores, gente colocada

³⁹ GOMES, A. Operários contra a ditadura. **Opinião Socialista**. São Paulo, 31 out. a 20 nov. 2012, edição 452, p. 13.

⁴⁰ ARAUJO, M. P. N. Lutas democráticas contra a ditadura. In FERREIRA, J. e REIS, D. A. **Revolução e democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 321-354.

⁴¹ BRASIL. **Lei** nº 5.107, de 13 de setembro de 1966. Cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.

diretamente pela Ditadura no sindicato, e as gerações de direções que eles formaram intensificaram o caráter assistencialista e festivo dessas entidades⁴². Em vez de organizar os trabalhadores para lutar por seus direitos essas direções criam os mais diversos serviços como barbearia, manicure, cabeleireira, assistência médica e odontológica, farmácia. Muitos sindicatos participavam também de atividades festivas como o 7 de setembro lado a lado com os militares.⁴³

O controle sobre as entidades sindicais era também para introduzir a repressão e perseguição dentro do movimento operário. Os sindicatos e suas diretorias vigiavam os trabalhadores e a qualquer sinal de crítica ou contestação os denunciavam ou para a empresa ou para os órgãos da repressão. A intervenção também é assustadora nos números. Dois mil e setecentos e oitenta e seis sindicatos tiveram suas diretorias cassadas. No lugar colocaram interventores, gente dócil ao regime, que formaram a geração de lideranças “pelegas”.⁴⁴

A repressão e o controle dos sindicatos muda drasticamente o caráter destas instituições. A própria crítica ao sindicato ou a sua diretoria passa a ser alvo de perseguição. A oposição era permitida apenas durante as eleições dos sindicatos, suas chapas eram perseguidas de todas as formas e seus integrantes eram ameaçados pela demissão. A demissão era certa caso não ganhassem as eleições. Portanto, foi efetivamente criada uma inter-relação entre o aparato policialesco do Estado como o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), as empresas e as diretorias dos sindicatos. O *modus operandi* da repressão foi inserido de tal forma dentro das entidades sindicais que um militante ao sair de uma assembleia poderia estar sendo seguido mas não saberia se era por gente contratada pela empresa, pela própria polícia ou por “capangas” do sindicato, conta Tarcísio Eberhardt⁴⁵. Importante lembrar que o aparato policialesco, a polícia política, não é uma invenção da Ditadura Militar. Sua origem remete a Intendência Geral de

⁴² WELMOWICKI, José, op. cit., loc. cit.

⁴³ Revista comemorativa de 55 anos (1956-2011) do Sindmetal São José dos Campos.

⁴⁴ WELMOWICKI, José, op. cit., p. 41.

⁴⁵ Entrevistado pelo autor.

Polícia fundada em 1810 que possuía como uma de suas principais atribuições vigiar e reprimir os escravos das cidades. Já o órgão que deu origem ao DOPS foi fundado em 1924 e recebeu vários nomes ao longo de sua história. Porém, foi eternizado como DOPS em razão da terrível e mercante atuação como polícia política e instituição da repressão na Ditadura Militar.⁴⁶

No entanto, mesmo com a forte repressão, as massas se levantaram e iniciaram um grande processo de luta com greves e manifestações de rua. O estopim deste processo no movimento operário, que marca a volta do movimento de massas da classe trabalhadora, foram duas importantes greves, a saber, a que se iniciou com a Scania em 1978 e a da Campanha Salarial Unificada de 1979.

As greves de 1978 se iniciaram com a paralisação na Scania de São Bernardo do Campo. Começou um ciclo de greves que tomou conta de todo o ABC paulista quase simultaneamente. Com o passar dos meses essa onda grevista se espalhou pelo país atingindo outras categorias de trabalhadores.⁴⁷ A onda de greves de 1979 se dá em outro nível. Não é só pelo seu tamanho e força mas também por ter sido preparada antecipadamente no congresso metalúrgico de Lins onde votaram uma campanha salarial unificada. As greves de 1979 não iniciam espontaneamente como a anterior e sim de forma consciente. A força dessa onda grevista de 1979 pode ser observada pelas gigantescas assembleias que reunião 60, 70 e até 110 mil pessoas⁴⁸. Os piquetes nas fábricas e nos pontos de ônibus eram feitos com milhares de trabalhadores. Além do próprio ABC paulista a greve metalúrgica se estendeu para cidades do interior do estado como São José dos Campos, Caçapava, Taubaté, Santa Bárbara d'Oeste, Jundiaí e

⁴⁶ MATOS, Marcelo Badaró. **Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca: 1945 – 1964**. Rio de Janeiro (RJ): APERJ/FAPERJ, 2003.

⁴⁷ WELMOWICKI, José, op. cit.

⁴⁸ COSTA, Hélio da. O novo sindicalismo e a CUT: entre continuidades e rupturas. In FERREIRA, J. e REIS, D. A. **Revolução e democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 595-635.

Campinas⁴⁹. Esses processos que em um primeiro momento aparentam ser apenas enfrentamentos com empresas e a Ditadura Civil-Militar inclui também uma luta interna do movimento operário. Os choques do movimento e sua vanguarda com as direções de sindicatos ligadas ao regime ditatorial já existiam. Mas a correlação de forças muda com este levante operário e as direções pelegas se encontram em uma situação em que precisam impedir ou acabar com as greves e usam de todo tipo de tática para atingir esse objetivo. A dificuldade de enfrentar os sindicatos pelegos varia de região para região de acordo com a capacidade do movimento operário de enfrentar ou pressionar os interventores. Este é um dos fatores que gera um desenvolvimento desigual entre as cidades operárias do estado de São Paulo - em especial no interior do estado - no processo de a oposição derrotar as direções pelegas, apesar de ser um processo combinado.

O movimento grevista de 1980 contou com uma preparação maior e melhor que as anteriores. A experiência dos anos anteriores possibilitou isto. O regime militar reprimiu fortemente o movimento e em especial suas lideranças. Apesar dos heróicos 41 dias de paralisação a greve acabou derrotada na sua própria fortaleza de São Bernardo⁵⁰. Esta derrota marca o início de um refluxo no movimento operário. No entanto, esta derrota serviu para o amadurecimento deste movimento, pois era generalizada a compreensão de que o regime militar e o patronato estavam juntos contra os trabalhadores e suas greves. A dimensão dessas greves e de seus refluxos pode ser medido pelo número de trabalhadores que cruzaram os braços. Eram 11.770.000 em 1979, 811.000 em 1980, 622.000 em 1981 e 478.000 em 1982⁵¹. Em 1983 as greves voltam a crescer. Neste intervalo de tempo se desenvolveu um processo de reorganização sindical mais consciente e em agosto de 1983 é fundada a CUT (Central Única dos Trabalhadores).

É neste contexto de repressão e também de ascenso do movimento operário que o entrevistado Tarcísio Eberhardt⁵²

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ WELMOWICKI, José, op. cit.

⁵¹ Idem.

⁵² Tarcísio Eberhardt, nascido no dia 23 de novembro de 1956 em

milidou em Campinas-SP como metalúrgico durante os anos de 1979-1981. Tarcísio Eberhardt, nascido em Gaspar-SC, era um trabalhador metalúrgico, militante da Convergência Socialista, que se envolveu de forma ativa no processo de organizar os trabalhadores para lutarem por seus direitos enfrentando tanto as empresas e a Ditadura quanto as direções pelegas dos sindicatos. Esse processo, no seu conjunto, daria origem ao que ficou conhecido depois como o “novo movimento operário”. Entretanto, Tarcísio também foi vítima da Ditadura Civil-Militar e foi anistiado no ano de 2012. Antes havia estudado na Unicamp e participado do movimento estudantil, teve de abandonar a faculdade por estar sendo diuturnamente monitorado pelos órgãos de segurança. Foi vítima de prisão política em 1977 no Encontro Nacional de Estudantes (ENE). E em 1979 conseguiu emprego na IBAF⁵³ em Campinas onde inicia sua vida de metalúrgico.

A ditadura sobre os trabalhadores se manifestava também na forma da intervenção nos sindicatos. Em Campinas não foi diferente. O Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e região – ou simplesmente Metal Campinas – sofreu intervenção logo no primeiro dia da Ditadura. Porém, os trabalhadores furaram este bloqueio em 1973 quando elegeram uma diretoria presidida por Argeu Quintanilha. Argeu foi imediatamente cassado sob a acusação de agitador e em seu lugar foi posto o interventor Cid Ferreira que presidiu o sindicato pelos próximos 11 anos.⁵⁴

Surgiram oposições em vários sindicatos com o ascenso do movimento operário. A primeira oposição do Metal Campinas foi articulada na eleição de 1978, mas não venceram a disputa.

Gaspar-SC, foi anistiado em 2012 por ter sido vítima de perseguição política que culminou com sua demissão e com seu novo na “lista suja” que lhe impedia de conseguir emprego novamente. Trabalhou em diversas fábricas em Campinas-SP entre 1979-1981. Entrou para a organização trotskysta Liga Operária (em 1978 deu origem à Convergência Socialista ou CS) em 1976. Hoje milita no PSTU (organização que descende da CS) e vive em Santa Catarina.

⁵³ Correntes Industriais IBAF S/A.

⁵⁴ Ditadura Militar cassa diretoria do nosso Sindicato. **Revista 25 anos - Resistência e Luta**, São Paulo, p. 10, 2009. Disponível em: http://issuu.com/metalcampinas/docs/revista_25_anos_-_correta_final?e=4090881/3169346 Acesso em: 28 abr. 2013.

Todos os membros da oposição foram demitidos após a eleição. Nas eleições de 1981 um outro grupo formou novamente uma chapa de oposição ao Cid, porém, mais uma vez foram derrotados. Segundo Tarcísio, que participou desta segunda oposição como membro da executiva da chapa, Cid Ferreira ganhou a eleição porque fez uma série de promessas. O interventor prometeu construção de moradias populares para metalúrgicos, a criação de uma cooperativa de consumo que venderia produtos a preços mais baratos para a categoria dentre outras coisas. Mais uma vez toda a oposição foi despedida. Desta maneira, como se pode observar, a perseguição engendrada pelo regime militar em conluio com as empresas se estendia aos trabalhadores que ousassem desafiar os sindicatos pelegos ou os interventores. A oposição só era permitida existir durante o processo eleitoral e sempre, logo após o término da eleição, era demitida como punição. Esta ação das patronais servia também para impedir os trabalhadores de se organizarem de forma independente ao Estado e às empresas. A oposição irá vencer somente na eleição de 1984.

Havia ainda a famosa “lista suja”⁵⁵ dos empresários. Eram listas de arquivos com nomes, fotos, jornal de oposição sindical, panfletos que foram distribuídos e outras tantas informações. Parte destes dados era provavelmente conseguido em comunicação com o próprio Estado via DOPS. “Provavelmente” porque muitos documentos do período da Ditadura Civil-Militar ainda permanecem desaparecidos em especial essas fichas das empresas. Estas listas ficavam no Departamento de Pessoal (DP), algo semelhante ao Recursos Humanos (RH) de hoje. Caso o trabalhador, ao pedir emprego, fosse identificado nessa lista ele não seria contratado. Tarcísio conta que mais de uma vez ele esteve nessas DP’s e sacaram da “lista suja” o jornal da oposição sindical no qual havia a foto dele e lhe negavam emprego.

Às vezes os caras da DP puxavam essas listas de uma gaveta de baixo de um balcão

⁵⁵ Na época era usado o termo “lista negra”, mas hoje muitos adotaram o termo “lista suja” em razão da conotação racista impregnada no original.

(...) e mostravam o jornal da oposição sindical com minha foto. E diziam assim: nós não damos emprego para político. Oposição sindical era político, para eles era sinônimo.⁵⁶

Essa era a política das empresas e contavam com o respaldo do Estado. Poucas pessoas da oposição sindical da qual ele fez parte conseguiram emprego como metalúrgico depois disso e conseguiram apenas por trabalharem em pequenas oficinas despercebidas. Inclusive a anistia de Tarcísio Eberhardt se deve justamente à perseguição materializada na demissão e no impedimento de conseguir emprego posteriormente.

Portanto a repressão aos trabalhadores na Ditadura materializava-se para além da fórmula prisão, tortura, assassinato amplamente conhecida. Havia também outras formas de repressão como a demissão e a “lista suja” as quais são também chamadas de perseguição “econômica” ou perseguição “trabalhista”. A chamada lista suja teve sua aparição no Brasil no início do século XX. Essa medida se generalizou por todo o estado de São Paulo na década de 1920 com o objetivo de conter o crescimento das mobilizações. Já naquela época esta prática contava com participação ativa da instituição policial por ser ela a responsável de elaborar a ficha do operário⁵⁷. No entanto, não havia o mesmo nível de técnica e interrelação entre patronato e Estado como vimos no regime militar. Mesmo assim, até chegar a demissão os trabalhadores se confrontavam cotidianamente com outros tipos de perseguição que visavam minar qualquer organização advinda da base da categoria e qualquer atividade sindical independente dentro das fábricas.

Essas perseguições não eram peculiaridades restritas às fábricas, pois nas universidades aconteciam situações semelhantes. Desde o início da Ditadura as escolas e

⁵⁶ Entrevista realizada pelo autor, no dia 13 do mês de junho de 2013, com Tarcísio Eberhardt, em Florianópolis.

⁵⁷ HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **Historia da industria e do trabalho no Brasil: (das origens aos anos vinte)**. São Paulo (SP): Global, 1982.

universidades foram colocadas sobre intenso controle do regime e muitos professores e estudantes foram presos e expulsos das instituições de ensino. Qualquer “acusação em um IPM [Inquérito Policial-Militar] bastava para desencadear uma série de perseguições, que podiam incluir prisão e tortura”⁵⁸. Professores podiam se tornar alvos de perseguição apenas por participarem de uma atividade de centro acadêmico, donas de casa podiam ser perseguidas por terem andado em companhia de um comunista. Qualquer laço de parentesco com algum “subversivo” poderia se tornar justificativa para ser alvo do terror do Estado.

O método de perseguir, prender, torturar já era rotineiro para o Estado brasileiro e sua polícia na investigação de crimes comuns. A Ditadura o tornou em um método institucional e sistematizado e o usou como ferramenta política de combate a ideias, movimentos e organizações de esquerda⁵⁹. O maior símbolo da verdade deste afirmação é a origem do torturador Fleury, chefe do DOPS de São Paulo: “O DOPS abasteceu-se recrutando quadros na Delegacia de Roubo, símbolo da violência e da corrupção. Um dos ases dessa migração tornara-se peça importante na máquina do major Waldyr. Sérgio Fernando Paranhos Fleury tinha 35 anos”⁶⁰. Enquanto este método for rotineiro e aceitável nas investigações dos crimes comuns ele, especialmente a tortura, sempre poderá voltar a ser usado contra os setores organizados da classe trabalhadora e dos demais explorados.

Apesar de muitos casos de perseguição e repressão serem encontrados em outros locais, é na classe trabalhadora que essas ações da Ditadura Civil-Militar se encontram em toda sua magnitude. Segundo Vito Giannotti, “atenção especial seria dada pela repressão a qualquer movimento de classe operária em seus locais de trabalho, ou nos bairros. Fábricas, portos, ferrovias, aeroportos, minas e bairros operários passaram a ser atentamente vigiados”.⁶¹

⁵⁸ DELLAMORE, Carolina. **Marcas da clandestinidade**: memórias da ditadura militar brasileira. Brasília: DF: MINC, 2011, p. 82.

⁵⁹ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, op. cit.

⁶⁰ GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 64.

⁶¹ GIANNOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**.

Muitos funcionários dos serviços públicos foram imediatamente demitidos após o golpe militar, seja por vínculos ao governo anterior, suas atividades sindicais ou convicções políticas. Nas Forças Armadas não foi diferente. Aqui, além das razões anteriores, havia a necessidade da Ditadura de manter sua antidemocrática e rígida hierarquia. Portanto, muitos praças – os militares que não são oficiais, muitos vindos da classe operária – foram expulsos da corporação, sendo os marinheiros e sargentos os mais perseguidos. A Lei de greve⁶², chamada de lei anti-greve pelos trabalhadores, também foi um duro baque no movimento operário, pois na prática tornava ilegal qualquer manifestação ou movimento grevista.

Nesta conjuntura haviam militantes de organizações de esquerda que trabalhavam nas fábricas e muitos deles como clandestinos, ou seja, sem se expor como tal. Essa tática foi adotada em função do perigo que era se expor publicamente como ativista. E maior o perigo seria se este ativista fizesse parte de alguma organização socialista. Portanto, era preciso bastante cautela ao mesmo tempo em que se buscava fortalecer a organização de base dos operários e a politizar suas ações. A tensão era muito grande, afinal “o trabalhador que se destacava na fábrica e se tornava uma liderança entre os demais rapidamente era identificado e fichado, pois é sabido que a repressão contava com olheiros no interior das fábricas para vigiar e delatar atividades suspeitas”.⁶³

Esses “olheiros” não eram apenas agentes das instituições policiais. Podiam ser também gente contratada pela empresa ou mesmo gente do sindicato pelego. Independente do caso, o simples ato de distribuir um panfleto do lado de fora da fábrica levou muitos trabalhadores à prisão e até à morte; organizar os colegas de trabalho fez muitos terem seus nomes fichados; falar nas assembleias e se expor rendeu muitas demissões. Aquele “ativista que chegasse ao sindicato

Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 184.

⁶² Brasil. Lei Nº 4.330 – DE JUNHO de 1964 – DOU DE 3/6/64

⁶³ DELLAMORE, Carolina, op. cit., p. 143.

questionando qualquer coisa era perseguido pelo sindicato, pela patronal e pela polícia”⁶⁴.

O “sistema” da repressão nas fábricas era tripartite: polícia, patronal e sindicato controlado por pelegos ou interventores. A polícia passava para as empresas os nomes daqueles que não deviam ser contratados e as empresas, por sua vez, consultavam os órgãos da repressão para contratar trabalhadores “ficha limpa”, sem histórico de ativismo. A relação é tal que Tarcísio conta que havia uma empresa onde “você preenchia um caderno na tua ficha e na última página repetiam vários dados essenciais e era pontilhado para ser destacado. Provavelmente para já ser mandado para a própria repressão”⁶⁵.

As diretorias dos sindicatos ligados à Ditadura contribuía com as perseguições, pois suas próprias posições de diretores e os benefícios advindos dessas posições dependiam essencialmente em minar a organização de um movimento operário combativo e independente. A própria ficha de filiação no sindicato podia virar uma arma contra o ativista porque nela estava a empresa na qual trabalhava e sempre havia a possibilidade desta informação ser passada para a patronal, e muitas vezes foi. Os ativistas mais conhecidos precisavam elaborar planos e táticas para poder se filiar como ir ao sindicato em horários em que não encontrariam ninguém da diretoria e em que a secretária não os conhecesse. O Mané Melato (Manoel Melato), da oposição sindical metalúrgica de Jundiaí-SP, conta Tarcísio, conseguiu emprego três dias antes da inscrição da chapa da oposição para a eleição. Apesar de o Mané estar desempregado ele estava sendo constantemente seguido, pois queriam impedi-lo de se inscrever na chapa. Depois de conseguir emprego ele não foi mais dormir em casa porque havia sempre um carro da polícia em frente de sua casa pronto para prendê-lo e, assim, impedir sua inscrição. “Esse tipo de perseguição, casa vigiada, ter gente na frente vigiando era constante”⁶⁶, relata Tarcísio.

⁶⁴ Entrevista realizada pelo autor, no dia 13 do mês de junho de 2013, com Tarcísio Eberhardt, em Florianópolis.

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ Idem.

Antes da volta do movimento de massas e, em especial, do movimento de massas do operariado, a adversidade e o perigo eram muito maiores para os ativistas. Um exemplo conhecido é o do metalúrgico Manuel Fiel Filho que, em 1976, foi preso por agentes do CODI-DOI, torturado e assassinado⁶⁷. Porém, o perigo de ser entregue para a polícia ou de ser demitido continuava existindo e era constante mesmo sob o novo contexto de ascensão do movimento popular – greve estudantil em 1977 e operárias em 1978 e 1979. Tão perigoso quanto ser demitido era ter seu nome incluso na “lista suja” e ser impedido de trabalhar. Até as oposições se organizarem nas diversas fábricas, derrotarem os pelegos e ganharem as eleições dos sindicatos, muitos trabalhadores e trabalhadoras tiveram suas vidas financeiramente arrasadas em função dessas “perseguições econômicas”. Na chapa da oposição da qual Tarcísio Eberhardt participou não havia ninguém da chapa anterior porque todos que a compuseram foram despedidos. João⁶⁸, o candidato a presidência pela oposição de 1978, não só foi demitido como teve emprego negado em cada porta de empresa em que bateu atrás de trabalho. A forma encontrada para conseguir trabalho foi ele próprio abrir uma tornearia.

Obviamente formar uma chapa de oposição era se expor, era tornar público seu ativismo para a patronal e para a polícia, e, portanto, envolvia grandes riscos. No entanto, o trabalhador era permanentemente vigiado em cada uma de suas atividades dentro das fábricas e, quando visado, até onde morava. Então, a perseguição não se manifestava apenas nas eleições. A primeira fábrica em que Tarcísio trabalhou foi a Correntes Industriais BAF (IBAF). Ele foi admitido em 18 de abril de 1979 e foi demitido em 18 de junho de 1980. A razão de sua demissão foi ter participado da mesa que conduziu os trabalhos de uma assembleia. Um fato interessante e ilustrativo é que nesta assembleia também estava presente um dos donos da fábrica. Este e o presidente do

⁶⁷ Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Manuel_Fiel_Filho . Acesso em: 20 jul. 2013.

⁶⁸ Tarcísio não se lembra do nome completo de João e não conseguimos encontrar informação sobre ele para descobrir o seu sobrenome. Entrevista realizada pelo autor, no dia 13 do mês de junho de 2013, com Tarcísio Eberhardt, em Florianópolis.

sindicato eram amigos. A mera presença de um dos donos dentro de uma atividade de trabalhadores como uma assembleia – ainda mais nesta conjuntura de forte repressão - é um fator de coação, de intimidação porque ele saberá tudo o que foi dito e quem disse. Isto facilita a represália sobre os trabalhadores. No final da assembleia o presidente do sindicato apresentou o Tarcísio à este burguês. Após a demissão ele ficaria sabendo que a ordem veio direto da direção da empresa. Isto nos ajuda a vislumbrar que o perigo que os trabalhadores corriam ao lutar por seus direitos estava sempre a espreita. Era preciso estar atento ao que ia dizer e fazer, pois sempre podia haver algum infiltrado da patronal ou da polícia ou até mesmo o próprio presidente do sindicato podia te entregar.

O chamado trabalho de base - trabalho de politização, de conscientização e de organização dos trabalhadores - era realizado com bastante cautela pelos militantes sob essas circunstâncias extremamente desfavoráveis. O trabalho de base precisava ser realizado na clandestinidade para evitar a repressão. Muitas vezes este trabalho começava com coisas simples como organizar os operários para fazer lanche coletivo no período noturno para gastar menos com a comida. E evoluía para discussões políticas como a questão de ser mulher no meio operário e até reuniões de grupo de fábrica que podiam acontecer em lugares como dentro da cabine de controle⁶⁹. Todas as atividades relacionadas com trabalho de base eram realizadas no mínimo relativamente escondidas. Se panfletar na entrada e saída da fábrica era perigoso então se panfletava sorrateiramente dentro da fábrica deixando os panfletos no banheiro, por exemplo. O objetivo deste trabalho de “formiguinha” era organizar os operários nos seus locais de trabalho para lutar contra a política econômica da Ditadura Civil-Militar que martirizava os trabalhadores com arrocho salarial e condições precárias de trabalho. A medida que a oposição obtinha sucesso nesse desafio as direções dos sindicatos se expunham como um entrave para o avanço da luta de forma cada vez mais nítida e para um maior número de trabalhadores.

A grande greve de 1979, organizada a partir do congresso de Lins, teve a adesão de muitos sindicatos e em várias regiões

⁶⁹ DELLAMORE, Carolina, op. cit., p. 142.

a disposição grevista dos trabalhadores passou por cima dos impulsos pelegos de presidentes de sindicatos. Mas em Campinas não. O interventor Cid Ferreira do Metal Campinas desmobilizou os milhares de metalúrgicos em assembleia e impediu a greve de começar. Apenas a nova fábrica da Mercedes Benz parou. Já em 1980 foi diferente. O sindicato sob o comando de Cid conseguiu desmobilizar um pouco, mas, mesmo assim, foi obrigado a entrar em greve pela pressão da base. A greve aconteceu, porém estava debilitada por causa da ação do sindicato. Estes sindicalistas ligados a Ditadura não eram qualquer coisa. O mais famoso deles era Joaquim dos Santos de Andrade, o Joaquinção do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo. Ele tinha uma “tropa de choque” de gente ligada ao sindicato que se chamava “Décio Malho”⁷⁰. Possuíam camiseta e carteirinha próprias e porrete para descer o malho na oposição. Assim como Joaquinção, outros pelegos tinham grupos parecidos.

Portanto, derrotar os agentes da Ditadura encastelados nos sindicatos era uma necessidade porque rompendo este obstáculo a classe trabalhadora poderia ir adiante e enfrentar com grande força os patrões e o regime militar. Por esta razão Tarcísio Eberhardt (candidato a vice-presidente), Durval Aparecido Ferreira de Carvalho (candidato a presidente) e outros formaram uma chapa de oposição ao Metal Campinas para a eleição de 1981. Tarcísio trabalhava na Wabco e Durval na Cobrasma. Essa chapa era formada por um militante da Convergência Socialista, um do O Trabalho e os outros eram da Pastoral Operária e da Juventude Operária. Estavam em um contexto onde a combinação do todo da conjuntura lhes dava uma correlação de forças mais favorável que antes. Porém, as nuances próprias do movimento metalúrgico de Campinas gerava um desenvolvimento desigual do processo de reorganização da classe comparado ao movimento de outras cidades. Onde os sindicatos haviam sido atropelados pela onda grevista dos últimos anos a realidade era uma, onde os pelegos

⁷⁰ BARDAWIL, José Carlos. A onda de Medeiros: O ex-faxineiro que passou pelo PC e hoje preside o maior sindicato do País ainda tem sérias dúvidas sobre o convite de Brizola para ser vice. **IstoÉ-Senhor**. São Paulo, nº 1029, 31 mai. 1989.

astutamente não bateram de frente com a onda grevista a realidade foi outra, onde eles conseguiram acabar com as greves a realidade era outra ainda. Os metalúrgicos e a oposição de Durval e Tarcísio estavam em sintonia com os acontecimentos, mas não foi desta vez que conseguiram derrotar Cid Ferreira na eleição. A oposição foi momentaneamente derrotada, continuaria a construir o movimento nos chãos das fábricas e ganharia a eleição em 1984. Com a eleição encerrada Tarcísio, junto com outros componentes da chapa, foi despedido e teve seu nome incluso na lista suja do empresariado. Apenas Durval e mais um ou outro conseguiram ficar na categoria registrando-se



em empregos de oficinas. A motivação para a represália era clara: eles haviam tentado derrubar o interventor. E um sindicato pelego era muito vantajoso para os interesses dos empresários.

1. Membros da chapa da oposição de 1981 ao Metal Campinas. Tarcísio Eberhardt é o primeiro da linha do meio da esquerda para a direita.

VOTE

OPOSIÇÃO, CHAPA 2

ELEIÇÕES DIAS 13, 14, 15 e 16 DE JULHO

APRESENTAÇÃO

Depois de termos distribuído vários folhetos da oposição, achamos que é hora de lançarmos um jornalzinho onde possamos colocar mais aprofundadamente o nosso programa de trabalho que pretendemos levar dentro do nosso sindicato.

Assim, quando os comenheiro form, para as urnas dias 13, 14, 15 e 16 de julho.

... para o seu trabalho, não rido claro o que propõe para o Sindicato a CHAPA 2 e termos uma votação consciente.

Por isso, companheiros, leiam o jornal e discutam com os outros.

Assim na eleição todos saberão em quem votar.

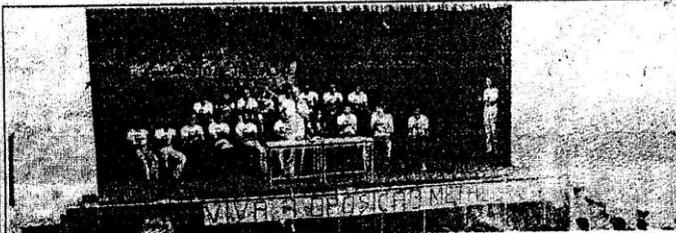


Foto do lançamento da Chapa 2 - dia 10 de maio.

SOBRE O ABAIXO-ASSINADO CONTRA O DESCONTO DO SINDICATO

Em um folheto distribuído nas fábricas da região de Campinas denunciando o desconto que o sindicato faz de 1% do nosso salário, no mínimo Cr\$ 200,00 e no máximo Cr\$ 800,00.

A partir daí, começamos a passar um abaixo-assinado pedindo que esse desconto não fosse feito e onde já tivesse sido feito, que devolvesse o dinheiro.

Apesar de todas as dificuldades que existem, para se passar um abaixo-assinado dentro das fábricas, na primeira entrega, no dia 15/05, já conseguimos com mais de 2.000 assinaturas.

A resposta da Cid foi direta, não devolver o dinheiro, que se não quisessemos que o processo fosse pelo senado, se a justiça o obrigasse ele devolvevia. Como dia na hora tem companheiros lamentável que a

diretoria de um sindicato, que se diz representativo dos trabalhadores seja des-respeitada? Ao invés de respeitar a vontade da categoria e devolver o dinheiro, diz que só fará isso se a justiça o obrigaz. -- Vocês se esquecem que estão aí para defender os trabalhadores contra a exploração que existe e não para criar mais -- Vocês se esquecem que vocês devem obedecer, em primeiro lugar à vontade dos metalúrgicos, que os elegem.

Sobre isso, ele diz que o desconto foi aprovado em assembleia, o que é falso porque essa assembleia foi confusa e para ninguém ficou claro o que foi aprovado. Dissoluiu-se 37 pontos que reivindicamos dos patrões e no último, ele colocou junto esse desconto. Como se isso tivesse alguma



OPOSIÇÃO UNIDA!

boa a ver com os patrões.

Mas mesmo assim, propomos então, que ele chame uma assembleia sobre esse assunto onde ele poderia explicar detalhadamente o porque do desconto e poderíamos votar a favor ou contra. Dessa forma, realmente, a vontade da categoria seria respeitada. Mas também essa proposta ele

não aceita.

Por último, nos diz, que esse dinheiro vai para o "Cooperativo de consumo" que diz que vai criar.

Ora, duvidamos, porque, em primeiro lugar, na Assembleia de qual falamos, ele colocou que esse dinheiro era para cobrir os gastos da Campanha salarial. Em se-

gundo lugar, porque a criação desse cooperativo não foi debatida entre a categoria. Em sua cooperativa todos os sócios devem participar das decisões, se vão fazer ou não, como vai ser feito, quanto por cento vai ficar mais barato, quanto dinheiro vai ser usado, quem poderia ser beneficiado com ela, qual será o seu prazo de entrega, etc...

Isso é democrático! Todos devem decidir sobre o que lhes pertence. Temos muito medo dessas promessas pois já vimos muitas coisas que quando terminam as eleições elas são esquecidas. Mas se está realmente sendo feita de boa fé, não há nada para esconder, não é?

Mas nosso esforço não foi em vão, pois nos últimos tempos a diretoria sempre tem aumentado, junto com o nosso salário, a mensalidade

do sindicato. Nesse ano, ela passaria a ser mais de Cr\$ 300,00, mas devido ao fato de termos começado a denunciar o absurdo do desconto dessa taxa, eles não aumentaram a mensalidade, pois perceberam que isso provocaria um descontentamento ainda maior na categoria, nas vésperas da eleição.

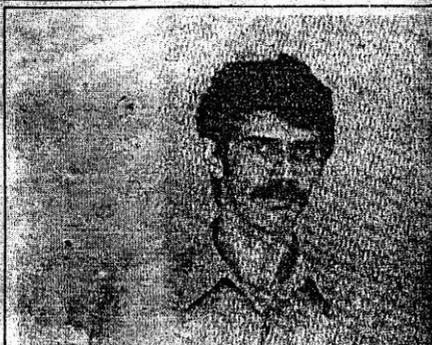
O preço ter continuado o mesmo é muito importante, pois permite que muita gente continue sendo sindicalizado já é uma VITÓRIA.

Infortunadamente não temos nenhuma garantia de que não serão aumentadas logo depois da eleição. A OPOSIÇÃO coloca em seu programa que as mensalidades do sindicato só serão aumentadas se aprovadas em assembleia, e esperamos que a atual diretoria faça o mesmo.

2. Capa do jornal da oposição de 1981 da qual Tarcísio Eberhardt fazia parte.

COMPANHEIROS QUE FORMAM

EXECUTIVA



Tarcísio e Durval

Durval Aparecido Ferreira de Carvalho (presidente)

Entrou para a categoria como marceneiro na Cobrasma em '78. Nesse período ocorriam as eleições passadas para a diretoria do nosso sindicato. Trabalhando junto com companheiro da antiga Chapa-2, pode conversar bastante sobre o sindicato, e a importância dele para a categoria.

E nesse período também, que os metalúrgicos do ABC começam a sair em greve por aumentos salariais, e para isso se organizam nos seus sindicatos, isso lhe mostra ainda mais que o trabalhador precisa se unir em torno dos seus sindicatos para lutar contra a exploração dos patrões.

Mas nossa união no sindicato, em Campinas, é cortada já no começo, em '79 com a atitude do Cid no Guarani.

Participando ativamente nas Comissões Salariais, pode sentir de perto quanto a diretoria do nosso sindicato dificulta e impede a nossa organização. Fazendo com que uma categoria grande e forte como a nossa fique totalmente dividida como mostrou a greve do ano passado.

Por sentir a necessidade de conhecer a realidade de outros sindicatos em situação parecida com a nossa, para assim trocar experiências, participou de encontros Nacionais de Oposições Sindicais.

Mas, muito de sua experiência vem do trabalho que desenvolve a anos na comunidade do Jardim Campos Elisios e na Pastoral Operária, fazendo constantes reuniões e atividades nos bairros para unir e organizar os companheiros e sempre mostrando a importância dessa organização nos bairros se unir e apoiar a organização sindical.

Creio que todos os elementos da chapa assim como eu, temos totais condições de assumir a diretoria do nosso sindicato, pois mesmo os mais jovens já adquiriram bastante experiência, seja na atuação nas Campanhas Salariais e comissões salariais, seja nos grupos que criaram nas fábricas ou ainda nos bairros e vilas onde moram. E com a ajuda de todos os metalúrgicos faremos um sindicato forte em que todos confiem e participem.



Tercísio Eberhardt

Casado, pai de uma menina. Por não conseguir mais arrumar serviço em tempo parcial ou período noturno teve que largar seus estudos na UNICAMP, e depois de um longo período desempregado arrumou trabalho na IBAF, no começo de '79.

Sempre acompanhou a luta dos trabalhadores e em todo lugar que trabalhou ou estudou sempre colocou-se contra a exploração e opressão que sofrem os trabalhadores. Na IBAF sempre teve participação, conversando com os companheiros ou levando folhetos, no sentido de mostrar que não podíamos aceitar as condições desumanas em que trabalhávamos.

Em '80, teve uma participação destacada nas assembleias e comissão salarial, trazendo companheiros para participar das reuniões. Devido a isso foi demitido.

Trabalhando na WABCO, novamente em '81 participou ativamente nas assembleias e comissão salarial. Foi um dos principais articuladores da Oposição Sindical desde seus primeiros passos.

Embora ainda seja novo de categoria creio que aprendi muito sobre o funcionamento do Sindicato e sua importância.

Tenho total confiança na capacidade da categoria de superar esse momento difícil que está passando, devido a não ter em suas mãos a principal ferramenta (o Sindicato), para impedir que os patrões e o governo piorem ainda mais nossa situação através de uma inflação sempre maior que os nossos reajustes e do desemprego em massa.

José Carlos de Faria

Trabalhou três anos na Singer e quatro anos na Bosch nas seções S-16 e S-32. Atualmente trabalha na Mercedes na Seção 100. Sempre participou



3. Página interna do jornal da oposição. Tarcísio concorria como vice-presidente. Por equívoco as fotos de Tarcísio e Durval foram trocadas de lugar.

Tarcísio trabalhou na Wabco de 2 de agosto de 1980 a 21 de julho de 1981. Após isso não conseguiu mais ser admitido em nenhuma metalúrgica de Campinas e região por causa de sua participação como figura pública na eleição. A perseguição não acontecia apenas por sua atuação dentro das fábricas. O entrevistado também foi um importante organizador para a fundação do Partido dos Trabalhadores em Campinas e foi membro do primeiro diretório municipal do PT na cidade. Depois de quase um ano desempregado o militante da Convergência Socialista consegue emprego em 6 de abril de 1982 em uma revenda de moto que possuía uma oficina e chamava-se Andra Veículos LTDA na esperança de seguir na categoria.

Depois não tinha mais como pegar emprego, não tinha especialização e com nome sujo em metalúrgico não tinha como entrar em nenhuma fábrica mais. Entrei numa oficina para tentar ficar na categoria, mas fui registrado como comerciante em vez de metalúrgico.⁷¹

Dois meses depois é demitido novamente e então se vê na situação de estar recorrendo a um bico na PUC-Campinas como auxiliar de almoxarifado onde trabalhou de 29 de junho de 1982 até 5 de dezembro de 1983. O salário pago por este emprego temporário era insuficiente para ele, sua companheira e sua filha. E seguia sem conseguir emprego nas fábricas da região. Em face desta difícil situação Tarcísio e Elin Ceryno, sua companheira, decidem voltar para Santa Catarina onde poderiam contar com o auxílio de parentes.

O requerente foi totalmente aniquilado financeiramente, não conseguiu terminar os estudos, por ser figura pública na sua militância estudantil e sindical e de 1980 a 1983 ter ainda sido fundador do PT e da

⁷¹ Entrevista realizada pelo autor, no dia 13 do mês de junho de 2013, com Tarcísio Eberhardt, em Florianópolis.

Central Única dos Trabalhadores, não conseguiu nenhum emprego no setor metalúrgico do qual atuou sindicalmente.

As dificuldades levaram o requerente a se desestabilizar, nunca mais conseguiu um emprego formal, passou a viver de bicos e na informalidade até 1998, quando se estabeleceu como vendedor ambulante e passou a contribuir como autônomo para previdência social, mas nunca teve negócio próprio com rendimentos fixos, simplesmente oficializou o bico, o precário.⁷²

Tarcísio Eberhardt foi anistiado em 22 de agosto de 2012 em razão da demissão da Wabco e do posterior impedimento de conseguir emprego nas fábricas da região. Este tipo de perseguição de cunho econômico sofrida por este trabalhador tende a ser esquecida ou menosprezada ao se estudar as vítimas da Ditadura Civil-Militar. O número de pessoas vitimadas diretamente pela repressão no período em questão aumentaria drasticamente se computado este tipo de perseguição. A reparação concedida pelo Estado brasileiro através da Lei de Anistia para Tarcísio é o reconhecimento de que as demissões e os impedimentos de conseguir emprego ocorridos na Ditadura não eram apenas decisões isoladas das empresas. Eram também motivadas por contribuições dos órgãos da repressão ou mesmo por decisão do próprio Estado. Reconhece, assim, que o Estado brasileiro ajudou as grandes empresas nacionais e multinacionais a “pacificar” os sindicatos e a perseguir e reprimir os trabalhadores dentro das fábricas.

72 Requerimento de anistia. Processo nº2011.01.69989.

Capítulo 3. Empresariado e Ditadura: o caixinha da repressão

A classe operária foi o grande alvo do regime ditatorial: perseguições aos trabalhadores; intervenções nos sindicatos; demissões e listas sujas; presença de forças policiais dentro dos limites das fábricas; prisões, torturas e assassinatos. Mas por que foi assim? Por que havia atenção especial da repressão para os locais de trabalho e moradia da classe operária?

Estas perguntas estão ligadas a um grande tabu da Ditadura Civil-Militar: a sua ligação com um setor civil, notadamente a grande burguesia. A razão de usarmos neste trabalho o conceito de Ditadura Civil-Militar se deve aos interesses políticos e econômicos encampados por este regime e também a relações mais intrínsecas entre empresários e executivos com a Ditadura. A característica *bonapartista* (de parecer ser um regime que paira acima das classes sociais) da Ditadura no Brasil fez muitas pessoas acreditarem que os principais beneficiados e interessados eram os militares. Porém, um Estado Burguês pode assumir diversas aparências sem jamais deixar de ser burguês. O termo “civil-militar” está aqui para lembrar-mos que a Ditadura Militar foi em cada etapa sua uma tática da grande burguesia nacional e internacional para garantir seu controle político, ideológico e garantir seus lucros. Ou seja, a razão de ser do regime ditatorial estava nos interesses de um setor que normalmente é associado a sociedade civil, a burguesia, mesmo se alguns membros do estado-maior das Forças Armadas não gostassem. Assim como existiram empresários no alto escalão do regime ditatorial, existiram também oficiais militares no comando de empresas no Brasil⁷³. Já existem trabalhos bons e importantes sobre esta relação da burguesia. Entretanto, a falta de documentação que os pesquisadores têm a disposição tem dificultado em precisar quais empresas, quais empresários, qual e como era a ligação

⁷³ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **A Ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985**. 2012. 584 f. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2012, p. 347.

com a Ditadura e sua repressão. A pesquisa neste campo tem sido de fato investigativa. Mas tem-se avançado. Os trabalhos da Comissão Estadual da Verdade de São Paulo, por exemplo, encontraram no livro de registros de entrada e saída do DOPS a frequência de dois nomes: “Dr. Geraldo Rezende Matos”, que se apresentava no formulário como *FIESP*, e ‘Dr. Halliwell’, que assinava como ‘Consulado Americano’⁷⁴.

A relação entre o empresariado e a Ditadura é uma parceria de longa data. O momento anterior ao golpe era de intensa luta de classes, como esboçamos no *Capítulo 1* deste trabalho. A burguesia queria que sua liderança política fosse compatível com sua supremacia econômica. Não a toa um setor da classe dominante foi arquiteta do golpe de 1964. Este setor da burguesia era justamente aquele que se unia pela identificação de suas relações econômicas multinacionais⁷⁵. Eles se organizavam pelo IPES/IBAD⁷⁶. Através destes “complexos político e financeiro” iniciaram reuniões lideradas por empresários em São Paulo e Rio de Janeiro que contou até mesmo com a presença de organizações de classe da burguesia. Os próprios empresários emprestavam suas casas para esses encontros acontecerem.

Desses encontros planejados e discussões preliminares com um constante e crescente número de indivíduos de destaque, surgiu a ideia de se estimular em todo o país uma reação empresarial ao que foi percebido como a tendência esquerdista da vida política.⁷⁷

O General Golbery de Couto e Silva, figura importante na história da Ditadura e também do IPES, participou de campanhas

⁷⁴ BENVENUTI, P. Os estranhos visitantes do DOPS. **Brasil de Fato**, 15 fev. 2013. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/11968> Acesso em: 5 ago. 2013.

⁷⁵ DREIFUSS, René Armand, op. cit., p. 163.

⁷⁶ Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD).

⁷⁷ DREIFUSS, René Armand, op. cit., loc. cit.

financeiras para o IPES. Numa das reuniões de angariação de fundos organizada por ele contou com a presença de diretores do Banco Boavista, do Banco Português, do Banco de Minas Gerais, do Centro Industrial do Fósforo e com o presidente do Sindicato de Companhias de Seguros⁷⁸. No livro *1964: A conquista do Estado* de Dreifuss podemos encontrar que “Herman de Moraes - do Banco Itaú -, Gastão Eduardo Bueno Vidigal - do Banco Mercantil de São Paulo - e Aloysio Ramalho Foz - do Banco do Estado de São Paulo -”⁷⁹ ajudavam inclusive a buscar apoio financeiro de outros bancos. Além do financiamento nacional, o IPES/IBAD recebeu gigantescas quantias de multinacionais. Destacavam-se, segundo Dreifuss, Texaco, Shell, Esso Brasileira, Standard Oil of New Jersey, Texas Oil Co., Gulf Oil, Bayer, Enila, Shering, Ciba, Gross, General Electric, IBM, Remington Rand, AEG, Coty, Coca-Cola, Standard Brands, Cia. De Cigarros Souza Cruz, Belgo-Mineira, U.S. Steel, Hanna Mining Corp., Bethlehem Steel, General Motors, Willys Overland e o IBEC⁸⁰. Esta é apenas uma listinha porque haviam duzentos e noventa e sete multinacionais estadunidenses além das europeias.

Parte deste dinheiro arrecadado era usado para financiar uma campanha ideológica anticomunista, contra o governo Goulart e de divulgação de valores interessantes para a burguesia de culto a iniciativa privada e contra políticas tidas como socialistas. Para isso era usado uma tática de “guerra psicológica” através do rádio, da televisão e da mídia impressa onde era dado destaque aos militantes do IPES/IBAD e de apoio as suas atividades e ideias⁸¹. Parte deste dinheiro também era usado para financiar partidos políticos e suas campanhas. Era tanto dinheiro que na própria época em questão foi criada uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar os financiamentos ilegais nas eleições de 1962 advindos destas

⁷⁸ ibidem, p. 202.

⁷⁹ ibidem, p. 376.

⁸⁰ ibidem, p. 207.

⁸¹ DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Vozes, 1981, passim.

instituições⁸².

Portanto o golpe contou com o apoio e participação do empresariado e também das multinacionais. Eles pensavam no que era melhor para os seus negócios e, deste ponto de vista, o melhor era acabar com os movimentos populares, pois ameaçavam os seus interesses econômicos e políticos. Para tal era preciso garantir um país sem “convulsões sociais” que auferisse lucros sem riscos demasiados, especialmente para as multinacionais. A burguesia encontrou na Ditadura os meios para buscar a “tranquilidade social” tão necessária para o bom fluir dos seus negócios⁸³.

Os setores golpistas estabeleceram também uma boa relação com os principais veículos de comunicação do país via IPES. Essa relação foi estreitada com os Diários Associados, de Assis Chateaubriand, a *Folha de S. Paulo*, do grupo de Octavio Frias, *O Estado de S. Paulo* e o *Jornal da Tarde*, do grupo Mesquita, o *Jornal do Brasil*, de Nascimento Brito e *O Globo*, das Organizações Globo do grupo Roberto Marinho.⁸⁴ O resultado desta parceria foi a criação da “Rede da Democracia” que englobava jornais, revistas, rádios e emissoras de televisão. A criação desta rede propiciou uma aproximação entre as linhas editoriais de grandes jornais. Logo causa espanto mas não surpresa as notícias nos dias seguintes ao golpe de estado como ilustram as matérias da *Folha de S. Paulo* em um teor comemorativo e positivo em relação as ações dos militares. Inclusive comemora o apoio dos EUA e o aumento da “ajuda” financeira do imperialismo ao Brasil pós-golpe⁸⁵.

Esta parceria seguiu existindo também durante a ditadura militar. A *Folha de S. Paulo* é acusada por organizações de

⁸² ibidem, p. 207.

⁸³ MELO, Jorge José de. **Boilesen um empresário da ditadura: a questão do apoio do empresariado paulista à OBAN/Operação Bandeirantes, 1969-1971**. 2012. 138 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2012, p. 22.

⁸⁴ CARVALHO, Aloysio Castelo de, op. cit., p. 20.

⁸⁵ Será aumentada a ajuda dos Estados Unidos ao Brasil. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 2, 4 abr. 1964. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1964/04/04/2//4421115> Acesso em: 29 abr. 2013.

esquerda de ter emprestado seus veículos para os órgãos da repressão transportar presos políticos⁸⁶. Ainda, Bonchristiano - ex-delegado do DOPS - conta, na entrevista “Conversas com Mr. DOPS”, que “Roberto Marinho, da Globo, diz [Bonchristiano], 'passava no DOPS para conversar com a gente quando estava em São Paulo', e ele [o ex-delegado] podia telefonar a Octávio Frias, da Folha de S. Paulo 'para pedir o que o DOPS precisasse'⁸⁷. Pode-se concluir que a relação de parte da grande mídia com a Ditadura Civil-Militar se estendia para muito além do apoio impresso nas páginas de seus jornais.

De acordo com o que disse o ex-delegado do DOPS é possível entender que o apoio dado ao regime de terror muitas vezes era concretizado com o fornecimento de materiais necessários ou em falta para atividades dos órgãos da repressão e da polícia política. Ou seja, não necessariamente era em dinheiro vivo. Bonchristiano também disse nessa entrevista que “quando participou da montagem da Polícia Federal em São Paulo (...) o fundador do Bradesco mobiliou a sede, em Higienópolis: 'Nós do DOPS falamos com o Amador Aguiar ele mandou por tudo dentro da rua Piauí, até máquina de escrever’⁸⁸”.

O ex-coronel do exército Erasmo Dias relata que empresários ajudaram a equipar o exército para enfrentar as ações armadas da esquerda. Eles listavam os equipamentos e materiais que faltavam e procuravam empresários como Luis Eulálio Bueno Vidigal - dono do Grupo Cobrasma – para “arrumar pra gente” uma vez que este empresário possuía também outros contatos que podiam ajudar a fornecer o que lhes faltava⁸⁹. Até mesmo os locais onde eram realizadas as torturas podiam ser fornecidos por membros da burguesia. A chamada “casa dos horrores de Petrópolis” pertencia ao empresário Mário Ladders que emprestava o imóvel para agentes do CIE (Centro de

⁸⁶ MELO, Jorge José de, op. cit., p. 80.

⁸⁷ AMARAL, Marina. Conversa com Mr. Dops. **Agência Pública de Reportagem e Jornalismo Investigativo**. 9, fev. 2012. Disponível em: <http://www.apublica.org/2012/02/conversas-mr-dops/> . Acesso em: 5 ago. 2013.

⁸⁸ Idem.

⁸⁹ MELO, Jorge José de, op. cit., p. 61.

Informações do Exército)⁹⁰. Gaspari, em seu livro *A Ditadura Escancarada*, explica como era feita a contribuição de empresas privadas para a estruturação da Oban (Operação Bandeirantes), “protótipo” do DOI (Destacamento de Operações de Informações), e que praticamente todas as grandes empresas fizeram contribuições:

Na Federação das Indústrias de São Paulo, convidavam-se empresários para reuniões em cujo término se passava o quepe. A Ford e a Volkswagen forneciam carros, a Ultragás emprestava caminhões, e a Supergel [uma das empresas do Grupo Ultra] abastecia a carceragem da rua Tutóia com refeições congeladas. Segundo Paulo Egydio Martins (...) “àquela época levando-se em conta o clima, pode-se afirmar que todos os grandes grupos comerciais e industriais do estado contribuíram para o início da Oban”.⁹¹

No entanto, o aparelho repressivo do Estado recebeu também contribuições em dinheiro vivo. Paulo Egydio – empresário e futuro governador biônico de São Paulo – organizava reuniões antes do golpe que contavam com participação de 50 a 100 empresários. Foi nestas reuniões conspiratórias da burguesia que se arrecadou dinheiro para “reequipar o II Exército, dando condições para que as tropas seguissem para o sul do país (...) com o objetivo de enfrentar o III Exército”⁹². O livro *Dossiê Geisel* traz informações importantes como a confissão dele de que “houve muita cooperação do empresariado e dos governos estaduais” para várias atividades como a própria Oban⁹³. Esta afirmação está de acordo com o

⁹⁰ OVÁTIVO, C.; DAL PIVA, J.; REMÍGEO, M. Torturador conta rotina da Casa da Morte de Petrópolis. **O Globo**, 23 jun. 2012. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/torturador-conta-rotina-da-casa-da-morte-em-petropolis-5300155> Acesso em: 7 ago. 2013.

⁹¹ GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 62.

⁹² MELO, Jorge José de, op. cit., p. 57.

⁹³ ARAÚJO, Marica Celina Soares de; CASTRO, Celso. **Dossiê**

“caixinha da repressão” organizado pelo banqueiro Gastão Vidigal e Delfim Netto – que foi ministro da Fazenda e depois do Planejamento na Ditadura Civil-Militar:

A reestruturação da PE [Polícia do Exército] paulista e a Operação Bandeirantes foram socorridas por uma “caixinha” a que compareceu o empresariado paulista. A banca achegou-se no segundo semestre de 1969, reunida com Delfim num almoço no palacete do clube São Paulo, velha casa de dona Vendiana Prado. O encontro foi organizado por Gastão Vidigal, dono do Mercantil de São Paulo e uma espécie de paradigma do Gênero. Sentaram-se à mesa cerca de quinze pessoas. Representavam os grandes bancos brasileiros. Delfim explicou que as Forças Armadas não tinham equipamento nem verbas para enfrentar a subversão. Precisava de bastante dinheiro. Vidigal fixou a contribuição em algo como 500 mil cruzeiros da época, equivalentes a 110 mil dólares. Para evitar pechinchas, passou a palavra aos colegas lembrando que cobriria qualquer diferença. Não foi necessário. Sacou parte semelhante à dos demais. “dei dinheiro para o combate ao terrorismo. Éramos nós ou eles”, argumenta Vidigal, anos mais tarde.⁹⁴

Podemos observar que a burguesia considerava de grande importância a Ditadura e todo o seu aparato repressivo, afinal este regime possuía uma política econômica que lhe beneficiava grandemente. Essa política econômica precisou fazer uso de uma dura repressão sobre os movimentos operário e popular, com um controle estrito destes movimentos e seus ativistas pela polícia política, para impedir qualquer espécie de manifestação contestatória. Só assim foi possível obter a “tranquilidade social”

Geisel. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 215.

⁹⁴ GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 62.

para essa política econômica dar frutos. Um dos frutos foi o vertiginoso crescimento econômico que ficou conhecido como “milagre econômico”. Esse “milagre” se assentava, além do regime de terror do Estado, na expansão da indústria e do setor de serviços e na inserção de multinacionais em associação com o Estado e as empresas nacionais. O setor industrial, no geral, cresceu 12% ao ano entre 1968-1971. Já na indústria de material de transporte e automóveis o crescimento foi de 19,1%.⁹⁵

Os setores da grande burguesia que tiveram papéis no golpe e ou durante o governo do regime militar - financiando ou participando do estado maior desses governos - receberam benefícios como contrapartida. O mais claro é também o mais geral deles: a política econômica adotada pela Ditadura Civil-Militar. Entretanto, também podiam ser favorecidos de outras maneiras. O Grupo Ultra, ao qual pertencia a Ultragas, presidida pelo famoso “empresário da ditadura” Boilesen⁹⁶, foi bastante favorecido com a entrada do Brasil no mundo da petroquímica. Isso não se deveu a uma grande sacada nos negócios. O ministro do Planejamento (Hélio Beltrão) do governo de Costa e Silva e da junta militar que o substituiu era executivo e acionista do Grupo Ultra.⁹⁷

A política econômica do regime ditatorial instalado pelo golpe de estado beneficiou as multinacionais e outras grandes empresas com uma série de medidas econômicas combinadas com uma série de medidas repressivas voltadas para os trabalhadores. Substituíram a estabilidade no emprego na iniciativa privada pelo FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) que servia, e ainda serve hoje em dia, para financiar projetos do governo que favorecem as empresas privadas. Acabaram com a proteção da indústria nacional⁹⁸ e concederam

⁹⁵ WELMOWICKI, José. **Cidadania ou Classe?** O movimento operário da década de 80. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2004.

⁹⁶ Boilesen foi um entusiasta do IPES e da Ditadura que se destacou por ter sido justificado por uma organização de esquerda, a ALN (Ação Libertadora Nacional), sob a acusação de financiar a repressão e assistir as sessões de tortura.

⁹⁷ MELO, Jorge José de, op. cit., p. 103.

⁹⁸ Brasil. **Decreto-Lei** nº 37, de 18 de Novembro de 1966.

diversas isenções de impostos⁹⁹. Estes benefícios somados ao grande financiamento público destinado às empresas privadas são também uns dos elementos do salto que deu a dívida externa brasileira. Os principais e mais rentosos setores industriais passaram a ser controlados por multinacionais sendo 80% do eletroeletrônico, 99,8% do automobilístico e 100% do farmacêutico¹⁰⁰. Grandes empresas de diversos setores foram favorecidas pela política econômica como as empresas Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Mendes Júnior e Odebrecht na construção civil; Gerdau, Votorantim e Villares na indústria pesada; Moreira Salles, Bradesco e Itaú no setor financeiro¹⁰¹. As empreiteiras servem de exemplo para sabermos que tipos de favorecimentos recebiam de “presente” do Estado. Estes “presentes” incluíam isenções fiscais, reserva de mercado, incentivos e subsídios em um contexto de grandes obras sendo realizadas pelo governo militar¹⁰².

Em verdade, muitas grandes empresas - nacionais ou multinacionais - construíram seu patrimônio e consagraram seu poder político e econômico no Brasil graças aos mais de vinte anos de Ditadura. O nexos causal entre o apoio ativo e ou financeiro ao golpe de estado e depois ao regime militar e a política econômica e os favorecimentos adotados pelos governos desse regime nos possibilita identificar esta ditadura como uma Ditadura Civil-Militar. Os interesses máximos defendidos pelo Estado terrorista eram os interesses das grandes empresas e multinacionais por serem elas as patrocinadoras e por serem também elas as arquitetas do projeto político e econômico que vingou em 1º de abril de 1964.

⁹⁹ Brasil. **Decreto** nº 61.574, de 20 de Outubro de 1967.

¹⁰⁰ POSSAS, Mario Luiz. Empresas Multinacionais e Industrialização no Brasil. In: **Desenvolvimento Capitalista no Brasil**. Vol. 2 .S.Paulo, Ed. Brasiliense, 1983. pp. 24-25.

¹⁰¹ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **A Ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985**. 2012. 584 f. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2012.

¹⁰² Idem.

Conclusão

Procurou-se neste trabalho realizar uma pesquisa histórica acerca da perseguição ao movimento operário durante a Ditadura Militar e da relação da repressão com as empresas e o Estado. Para tanto o trabalho enfoca a perseguição econômica sofrida pelo operário e militante socialista Tarcísio Eberhardt nos anos de 1979-1981.

No primeiro capítulo discutiu-se em que contexto aconteceu o golpe de estado que instaurou a Ditadura Civil-Militar no Brasil. Procurou-se dar especial ênfase na ardente luta de classes que havia naquele momento reforçando que o próprio golpe estava dentro destes limites. Portanto, o golpe não era apenas um *coupe d'État* contra o presidente João Goulart. Era também uma tática da classe dominante contra a classe operária. Discutiu-se também a ideologia do inimigo interno que legitimava as ações do terrorismo de Estado da Ditadura.

No segundo capítulo abordou-se os métodos usados pelo regime ditatorial para controlar e reprimir os trabalhadores objetivando obter uma “tranquilidade social” para garantir alta lucratividade para as grandes empresas e as multinacionais. A Ditadura Civil-Militar contava com um “arsenal” de táticas repressivas para este fim: leis que diminuía os direitos dos trabalhadores; demissões massivas de funcionários públicos e praças; intervenções nos sindicatos; vigilância nos bairros operários; perseguições que podiam acabar em prisões, torturas e assassinatos. Neste capítulo focou-se na perseguição econômica da qual Tarcísio Eberhardt foi vítima levando-o a seguidas demissões e a ter seu nome incluso na lista suja do empresariado. Isto lhe impediu de conseguir empregos em fábricas novamente. Analisou-se também esta perseguição de cunho econômico no movimento operário.

No terceiro capítulo discutiu-se as relações que um determinado setor da burguesia estabeleceu com o regime ditatorial. Essas relações não se resumiram a patrocinar e arquitetar o golpe de estado. Muitos empresários seguiram apoiando a Ditadura e financiando com dinheiro e materiais até mesmo os próprios órgãos da repressão como o DOPS, a Oban, o DOI. Aborda-se também neste capítulo os favorecimentos e benefícios recebidos pelas empresas e multinacionais que se

associaram com os governos militares e que arquitetaram o golpe. Muitos empresários fizeram parte do estado maior deste regime e também muitos oficiais de alto escalão militar chefiaram empresas privadas durante este período histórico em questão. Por essas razões enfatizamos esta relação identificando o regime deste momento como uma Ditadura Civil-Militar.

Por meio deste trabalho foi possível analisar um determinado tipo de perseguição que não recebeu muito destaque pelos pesquisadores até agora. A perseguição econômica vitimou incontáveis pessoas através da demissão e da lista suja. Tarcísio foi apenas uma dessas vítimas e só recentemente, no ano de 2012, foi reconhecido e anistiado pelo Estado. O reconhecimento do Estado brasileiro de que este tipo de perseguição existiu e principalmente de que ele foi também responsável pode abrir um leque interessante de pesquisas. Pois amplia o entendimento de vítimas da Ditadura e permite um estudo mais minucioso das relações entre Estado e iniciativa privada neste período da história brasileira. Portanto, a repressão dentro das fábricas - e a conseqüente falta de democracia também - estavam interligadas com a política repressora dos governos militares. Era uma ação conjunta entre a patronal e o Estado.

Ultimamente o movimento operário voltou-se com mais atenção para uma análise histórica dos acontecimentos que circundam a Ditadura no que tange a perseguição nos locais de trabalho aos ativistas e militantes organizados. Estas pesquisas ajudaram a Tarcísio ser anistiado. O movimento tem investigado as relações das empresas com a repressão e encontraram documentos interessantes que podem servir de fonte para historiadores como fichas de empresas com dados de seus funcionários entregues para órgãos da repressão. É importante a continuidade dessas pesquisas históricas, pois a atual sociedade brasileira ainda possui muitos resquícios desta época ditatorial. A tortura e assassinato continuam sendo práticas comuns na polícia, por exemplo.

Ainda hoje a perseguição econômica segue vigente nas empresas e especialmente nas fábricas. A conquista da democracia no campo político com a Constituição de 1988 ainda não repercutiu dentro de muitos locais de trabalho. Os ativistas ainda precisam ter muita cautela e os militantes ainda agem na

clandestinidade dentro das fábricas, pois caso descoberto a consequência segue sendo a demissão. A diferença de hoje para o momento histórico estudado neste trabalho reside no fato de essa nefasta política da patronal não ser também a política oficial do Estado. Até mesmo por esta razão, a vigência da demissão como punição ainda hoje, é importante avançar nos estudos sobre este tipo de perseguição.

Por fim, o caso de Tarcísio Eberhardt é apenas o de um trabalhador vitimado pela repressão através da perseguição das empresas. Muitos outros trabalhadores e trabalhadoras foram vítimas também. O Estado entendeu as demissões de Tarcísio e o posterior impedimento de conseguir emprego como características de perseguição e lhe reparou através da Lei de Anistia. Porém, é apenas o Estado que está arcando com a reparação. Ou seja, as empresas que se associaram com a Ditadura, que financiaram a repressão e que se beneficiaram com o regime, seguem impunes. Não ressarciram de nenhuma forma os trabalhadores que elas vitimaram e nem a sociedade pelo regime que financiaram ou apoiaram. Como dito antes, este é um dos grandes tabus da Ditadura Civil-Militar porque o reconhecimento da culpabilidade de empresas e empresários, muitos deles ainda hoje possuem grande poder econômico e político, colocaria em cheque o patrimônio que eles possuem justamente por o terem construído de “mãos dadas” com o regime Ditatorial e sua política de terror estatal.

Anexo A

Entrevista com Tarcísio Eberhardt Como era a repressão na ditadura?

A repressão ao trabalhador durante a ditadura era muito pior do que agora. Porque além do risco de ser mandado embora a qualquer momento corria o risco de ser preso. Não era só questão de perder o emprego, mas podia ser torturado como aconteceu com o Manuel Fiel Filho. A patronal entregava para a polícia. Não era simplesmente a demissão. O perigo maior era a prisão. Claro que em 83 e 84 já não era tão violento como foi à partir de 68, depois das greves de Contagem, de Osasco. As famosas greves que sofreram repressão selvagem. Mas o movimento operário sofria direto. Por exemplo, o Oraldo, aquele companheiro de Contagem. Ele foi preso e torturado duramente em São Paulo. Depois de 68. Ele foi do PCzão (junto com Medeiros. Foi direto pro sindicato. Era ligado ao PC e se ligou aos pelegos policiares lá. Teve também o caso de José Ebraim, que dirigiu as greves de Osasco, que chegou a fugir do país mas que depois virou pelego. Ou Santos Dia que foi assassinado pela PM na porta da fábrica num piquete. Era principal liderança da igreja dentro do movimento operário.

Os trabalhadores foram muito perseguidos?

Há uma tendência de acharem que a repressão foi só em cima de guerrilheiro e movimento estudantil. Não é verdade. Com o movimento operário foi pior porque foi silenciado por todos os lados. Sindicato sob intervenção. A maioria dos dirigentes eram preparados diretamente pela repressão. Havia cursos de sindicalismo nos EUA, era curso manipulado pela CIA. Depois eles eram colocados nas diretorias dos sindicatos como interventores. O movimento operário foi dizimado. No movimento estudantil acabaram com os CA's, os DA's independentes. Nos sindicatos eles não acabaram, botaram gente de confiança lá dentro pra controlar. De certa maneira é pior ainda. Porque, além prender e cassar as antigas diretorias, eles botaram gente de confiança deles para controlar o sindicato.

Na parte das grandes torturas eu não era ativista. Em 76 ainda era muito forte a ditadura, mas eu não estava no movimento operário. Estava na Unicamp. Foi quando ainda teve o massacre da Lapa, um bairro de São Paulo, não o do rio. Foi quando emboscaram e montaram parte da direção nacional do PC do B. Teve ainda várias prisões duríssimas. O movimento operário estava muito aplastado nesse momento para haver prisões. Quase não havia ativista. Quando começa

a surgir, começa com as manifestações de São Bernardo do campo já pela diretoria, não pela oposição. Então isso abriu um pouco mais de espaço para as oposições. Mas antes disso a oposição de São Paulo corria risco muito grande. A primeira oposição de Campinas, desta eu não participei, foi a oposição de 78. Essa primeira oposição tinha muito mais perigo de ser presa.

Antes das greves de 78 e 79 os sindicatos pelegos entregavam qualquer ativista pra repressão, a patronal entregava, o sindicato entregava, e a própria polícia lógico. Então, havia um trabalho em comum. A polícia passava os nomes para as empresas não contratarem. Em alguns casos chegava a ser uma relação direta. Mandavam os nomes para os órgãos de repressão para ver se constava alguma coisa no nome. Tinha uma empresa, acho que a Embratel era assim, onde você preenchia um caderno na tua ficha e na última página repetiam vários dados essenciais e era pontilhado para ser destacado. Provavelmente para já ser mandado para a própria repressão.

O movimento operário tinha sido arrasado pela ditadura. Todos os sindicatos eram controlados diretamente pela ditadura com interventores. Em Campinas, o cara que era presidente do sindicato [Argeu Quintanilha] foi destituído e a ditadura pegou um cara de dentro da diretoria dele que era o que se vendeu e preparou para ser o interventor. O ativista que chegasse ao sindicato questionando qualquer coisa era perseguido pelo sindicato, pela patronal e pela polícia. Se você saísse de uma assembleia do sindicato e era seguido. Você não sabia se tava sendo seguido por capangas do sindicato, por caras da empresa mas o mais provável era que fossem da polícia. Até hoje a repressão continua acompanhando os ativistas no movimento operário. O Zé Maria tem levantado a questão da ABIN. Mas hoje não resulta em prisão política. Naquela época resultava, se eles descobrissem que você tinha qualquer relação com um partido de esquerda você tava ferrado. Ia ser preso. E a greve era enquadrada dentro da Lei de Segurança Nacional. Você não era apenas demitido, era enquadrado dentro desta lei. Então você era considerado um criminoso político. Você sempre tinha que tomar cuidado por onde andava, quem tava te seguindo.

Como foi tua experiência como ativista nesta época de forte perseguição e repressão?

Entrei para os metalúrgicos depois da greve de 1979, logo depois da greve. Eu já estava procurando emprego na greve de 79. Passei pela

greve de 80 e o refluxo que veio depois. Nós lançamos a oposição em 81. Depois da oposição não tinha mais chance alguma de conseguir emprego. Na época as empresas não trabalhavam com RH como hoje em dia. Era departamento pessoal. Era DP, não era polícia mas não era muito diferente. O departamento pessoal trabalhava com o que na época se chamava lista negra. Hoje já não se usa mais porque é um termo racista. Hoje se usa lista suja. Às vezes os caras no DP puxavam essas listas de uma gaveta de baixo de um balcão. Eles nos atendiam num balcão e mostravam o jornal da oposição sindical com minha foto. E diziam assim: nós não damos emprego para político. Oposição sindical era político, para eles era sinônimo. Então, qualquer ligação com a oposição podia significar prisão se você não tomasse cuidado, muito cuidado. Os boletins da oposição, as panfletagens tinham que ser com muito cuidado. Apesar de ter uma certa liberdade para panfletar na porta de fábrica por causa da greve de 78 da Scania e das de 79, a ditadura já não tinha a capacidade de prender todos os ativistas operários. Mas a prisão ainda era uma possibilidade concreta. Mas, principalmente, a repressão passava as informações para as empresas, os departamentos pessoais. Havia uma inter-relação. Antes as empresas passavam informações diretamente para repressão para prenderem os ativistas, demitir. Os pelegos passavam as informações também. Por exemplo: Você ia se filiar no sindicato. Você era uma cara conhecido. Um diretor do sindicato te via, já ia lá pegar tua ficha e ver em qual empresa você estava trabalhando e te entregava para patronal ou para repressão.

O movimento operário de Campinas teve uma primeira oposição em 78 e foi derrotada. Teve uma segunda oposição em 81. Que foi a que eu participei. Eu não encabecei. Foi Durval [de Carvalho] que encabeçou. Tem no jornalzinho, depois você vai ver. Nessa oposição a gente também foi derrotado. O presidente do sindicato, esse pelego, colocado pela ditadura, era interventor, o Cid [Ferreira]. Ele ganhou a eleição ainda. Com uma série de promessas: construção de casas, de moradia para metalúrgico, construção de uma cooperativa de consumo para os metalúrgicos terem o preço mais barato como já tinha em umas cidades do entorno de São Paulo. Ganhou a eleição com uma série de promessas. Ganhou a eleição e a gente foi tudo demitido. A minha história do processo de anistia está ligada a essa oposição. Não consegui mais emprego como metalúrgico em Campinas e região. Só consegui emprego na PUC depois. Mas era um emprego provisório. A anistia se deu por essa perseguição. Depois fui mandado embora da PUC. Não tinha mais como pegar emprego, não tinha especialização e com nome sujo em metalúrgico não tinha como entrar em nenhuma fábrica mais. Entrei numa oficina para tentar ficar na categoria, mas fui

registrado como comerciário em vez de metalúrgico. Era uma revenda de moto com uma oficina. Achei que ia ser registrado como metalúrgico. Então não tinha condições de manter trabalho em metalúrgico. Portanto não podia rearticular a oposição. Depois ela se articulou com quem conseguiu ficar com registro em carteira na categoria, Durval e esse pessoal da igreja. Porque a Igreja tinha as comunidades eclesiais de base e tinha um peso nessa época e principalmente em Campinas. A oposição de 81 era baseada em 1 militante da Convergência Socialista, 1 militante do O Trabalho e o resto tudo era militante da Igreja. Tudo de comunidade de base [Pastoral operária e Juventude operária]. Mas igreja não era como a gente conhece hoje. Eram bem a esquerda, discutiam o manifesto comunista. Porque que era assim? Porque a esquerda tinha sido dizimada no movimento operário. Só o pessoal da igreja que conseguia se manter porque tinha uma cobertura melhor. A esquerda nova era basicamente do movimento estudantil, estava recomeçando. Quando recomeça o movimento operário era com quadros extremamente jovens. Às vezes na oposição de São Paulo tinha mais grupos de esquerda mas nunca conseguiam ganhar. Em São Paulo a repressão foi muito pior.

Toda a oposição antiga [78] teve que se virar, sair da categoria. Da minha oposição só ficou Durval e mais um ou outro que conseguiu registro de trabalho em oficinas ou coisas assim. Às vezes trabalhava por conta e conseguia um amigo ou alguma coisa que registrasse para ficar na categoria. Toda a oposição era sistematicamente perseguida. Só que isso existe até hoje. Se você for hoje montar uma oposição em alguma fábrica metalúrgica você vai ser demitido. Só que hoje isso é feito pelas próprias empresas. Na época isso era feito pelo próprio governo. Então era uma política de Estado. A perseguição política não era uma política apenas da patronal. A política da patronal tinha o apoio direto do Estado. E podia resultar em prisão e resultava. Quando não acontecia era porque a gente se prevenia. Havia gente infiltrada, policiais trabalhando na fábrica, gente da patronal. E havia situações mais grotescas. Por exemplo, a IBAF, a primeira em que trabalhei. Eu fui na assembleia e quando olhei o dono da fábrica estava dentro da assembleia. E era amigo do presidente do sindicato. No final da assembleia ele me chamou para me apresentar. Fui demitido por causa disso. Não precisava nem sequer tirar a foto. O sindicato podia também mandar as fotos das assembleias para os órgãos de repressão, devia mandar. Tinha colaboração. Não tinha prisão quase nenhuma porque não existia mais ativistas dentro das fábricas, não tinham quem prender. Mas quem fazia uma greve sabia que podia pegar a Lei de Segurança Nacional, então não fazia. Não tinha greve neste período. As primeiras greves voltam a surgir em 78. Era uma luta econômica mas tinha que

enfrentar a ditadura.

O candidato a presidência da oposição (de 78) antes da minha, um tal de João, não lembro o nome, nunca mais conseguiu emprego. Ele teve que montar um empresa de tornearia para ele. Eu participava sempre como oposição dentro do sindicato. Então para eu me filiar fazia verdadeiras manobras. Porque quando me filiava sabiam a fábrica em que eu estava trabalhando. Era o maior trabalho. A gente ia em horário que não ia encontrar ninguém, disfarçadamente, porque a secretária não me conhecia. Por exemplo, o Mané [da oposição sindical metalúrgica de Jundiá-SP] foi demitido e ele pegou emprego 3 dias antes da inscrição da oposição. Ele estava desempregado. E estava sendo seguido direto. Pegou emprego e não ia mais dormir em casa. Tinha um carro da polícia em frente a casa dele, para prender ele. Para não deixar ele se inscrever na chapa da oposição. Esse tipo de perseguição, casa viajada, ter gente na frente vigiando era constante. A gente sempre falava em assembleia, sabíamos do risco de ser mandados embora. Panfletagem do lado de fora da fábrica nem pensar. Era um negócio perigosíssimo. A gente panfletava dentro da fábrica escondido, deixava no banheiro e coisa e tal. Havia uma ameaça permanente de prisão, mas também havia uma realidade concreta de você não conseguir ser admitido. Existiam empresas que consultavam diretamente fichas no DOPS? Muitas. Só que não dá para afirmar “essa empresa consultava”, nós não temos provas. A repressão era financiada por donos de empresas. Teve o caso mais escabroso lá da Ultragaz que o presidente era o Boilesen que participava de sessão de tortura.

Acho que no meu caso foi a primeira vez que o Estado reconhece uma perseguição “trabalhista”. Porque eu não fui torturado, mas admitiram que o Estado ajudou a burguesia a destruir os sindicatos. Acho que com esse foco de perseguição “trabalhista” foi o primeiro. Porque a minha prisão, apesar de ter sido prisão política, foi quando eu tava no movimento estudantil. No movimento operário foi perseguição “econômica”, foi perder o emprego, ficar desempregado e o Estado teve culpa nisto. Foi um reconhecimento do Estado que ele ajudou a perseguição e repressão dentro das fábricas.

Como foi a luta dos operários na época?

Mas como te digo, a partir de 77, 78 e principalmente da greve da Scania e da greve geral metalúrgica de 79. Em 78 surgiu uma greve na Scania e começou a ter em várias fábricas. Em 79 já foi uma campanha salarial que entra as categorias em conjunto como é hoje em dia. Não

foi mais um rastilho de várias greves. Em 79 a gente dá um salto. Vários sindicatos entram em greve e em alguns a pelegada trai a greve. Em Campinas eles traem a greve sob o comando do Cid [Ferreira]. Não leva adiante como em São Bernardo, Lula levou. Há um racha dentro dessa burocracia, dessa pelegada, uma parte tenta começar a cavalgar o movimento. Tenta desmobilizar, não consegue, e vai pra frente dela. Outra parte consegue arrebentar com o movimento, usam de tudo. Que é a grande maioria. Em alguns lugares o movimento consegue passar por cima da diretoria que nem o Gradella fez em São José dos Campos e, o Mané Melato em Jundiaí. Em campinas a oposição não conseguiu passar por cima. A oposição era muito ruim. Não conseguiu se contrapor ao pelego e passar por cima dele. Então a greve foi derrotada. Não teve greve aliás. Em outros lugares foi com a oposição dirigindo. Em São Bernardo foi com a diretoria do sindicato dirigindo, em Santo André, no ABC de modo geral. Nós não lançamos oposição em Santo André. O presidente do sindicato deixava o Zé Maria falar nas assembleias, deixava ele dirigir as assembleias. Não teve um choque. O presidente era o [Benedito] Marcílio. Uma figura que hoje é ex-presidente da COBAP. Foi de certa forma um dos primeiros a puxar o PT. O sindicato não era gigante como o de São Bernardo. O de Santo André era muito pequenininho, a gente sempre foi mais a esquerda. Ele, o Marcílio não chegava arrebentando com a oposição.

Em 78 teve as greves da Scania e mais algumas do ABC. No início de 79 teve o congresso de Lins, de todos os sindicatos dos metalúrgicos no início do ano. Nesse congresso se tirou duas coisas muito importantes que entraram para história. Uma foi uma campanha salarial unificada. Foi uma proposta levada por um garoto na época, chamado José Maria de Almeida, que levou essa proposta através do sindicato de Santo André. Então aprovou uma campanha salarial unificada com todos os 40 sindicatos do estado de São Paulo se não me falta a memória. E tirou uma outra resolução que não foi unanimidade porque um sindicato votou contra. Que foi o de Santos, do Arnaldo que era do PCB. O único que tinha sobrado do velho movimento operário do PC de Santos. Que foi uma resolução que entrou para história que foi a resolução criar um partido de trabalhadores. Esse congresso tirou a preparação de uma campanha salarial unificada. Todos os sindicatos mais importantes foram para essa campanha. Foram agitando, fazendo assembleias, 10 mil pessoas, 5 mil. A maioria foi fazendo isso. Alguns eram tão pelegos que não fizeram. Acharam que na hora iam assustar a patronal e que ela ia dar um aumentinho maior. A patronal junto com a ditadura, foi linha dura. Aí a massa foi em direção a greve e muito sindicato dizia não, fecharam a porta. Em Campinas a assembléia foi no ginásio esporte do Taquaral.

Ginásio de esporte gigante. Lotou e não cabia mais ninguém. Tinham uns 10 mil metalúrgicos querendo greve. Ele, Cid, foi esfriando, esfriando até que desmobilizou a greve. E não havia oposição. Aquela oposição anterior [a primeira] já havia se desmilinguido. Quem tinha algum peso ainda era a corrente O Trabalho que teve uma política completamente errada. Na assembleia, o sindicato foi amedrontando, amedrontando, amedrontando até que conseguiu aprovar de uma forma totalmente manobrada contra a greve. Em São Bernardo, no ABC, aprovou a greve. Lula até que tentou recuar. Mas não teve jeito. A massa estava radicalizada. Lá era muito concentrado, com poucas fábricas, mas muito grandes. As assembleias eram gigantes e eram no estádio da Vila Euclides. Quem tentou recuar viu que não dava e foi na frente da greve como Lula, Marcílio, com esse pessoal é uma realidade. Uma outra realidade foi com quem recuou e acabou com a greve. Em outras lugares a oposição conseguiu dirigir as assembleias como em São José dos Campos. Em Jundiaí os pelegos nem fizeram assembleia, mas a gente da oposição foi direto nas fábricas parando. Fomos nas fábricas falando “ô, vamos parar, o abc tá parado, coisa e tal, tem um monte de metalúrgico parado no estado, vamos parar aqui”. Começaram a parar as fábricas. Paramos e dirigimos de fora da categoria. Aí surgiu Manoel Melato que já era militante mas pouca gente conhecia. Foi uma grande greve.

Mas em alguns lugares, como Campinas, não parou. Mas uma fábrica parou. Era uma fábrica nova, da Mercedes Bens, de ônibus. Só que parou e foi numa política errada e não construiu uma oposição metalúrgica e quis construir um sindicato paralelo. Era a política ultra-esquerdista do O Trabalho que dizia que há um sindicato oficial do estado que não adianta ir lá tomar porque os pelegos e policiais tão lá dentro então vamos criar outro sindicato. E levou à uma derrota muito grande. Porque não só a greve foi derrotada, mas toda a comissão de fábrica da Mercedes foi demitida e não formaram uma oposição. Foi uma greve heróica, durou muitos dias. Então em campinas não tinha uma oposição consolidada que saiu da traição da greve de 79. Então a oposição anterior estava desmilinguida e a gente era muito fraco. O pessoal que dirigia a fábrica mais mobilizada, a nova Mercedes, que tinha toda uma ligação com o ABC porque muito trabalhador tinha vindo de lá. Esse pessoal puxou uma greve separada e com a tentativa de criar um sindicato paralelo. Então não surgiu daí uma oposição. A gente teve que rearticular a oposição todinha depois de a greve de 80.

A greve de 80 foi uma greve metalúrgica importante. Atingiu várias cidades do estado de São Paulo. O pelego de Campinas teve um papel nessa mais dúbio. Desmobilizou mas acabou indo para greve.

Teve fábricas que pararam, mas muito mal. O pelego não bateu de frente com a greve. Então era uma oposição bem mais fraca que a de Jundiá, a de São José dos Campos. Mas a de São Paulo já era muito mais confusa. Era anterior, cheia de grupos de esquerda, grupos ultra-esquerdistas. E que tinha uma política de não participar quando um pelego chamava uma greve. Lá era muito forte o Joaquim, o pelego. Quando o pelego chamava uma greve a oposição não participava com força porque achava que ia fortalecer o pelego. Esse foi o primeiro crivo, um divisor dentro do movimento operário. Nós, a Convergência Socialista, tivemos um grande acerto. Por isso deixamos de ser uma corrente estudantil e passamos a ser uma corrente de grande importância dentro do movimento operário. Nós tivemos a política correta. Por mais pelego que fosse o sindicato, por mais estrutura getulista, fascitóide que ele tinha. Baseado na carta de lavoura e aquela história toda... a massa o reconhecia como seu instrumento. Nós tínhamos que entrar e derrubar os pelegos por mais difícil que fosse. Tínhamos que construir oposições e fazer frente única com o sindicato quando ele fosse para luta. Exigir assembleia e aprovar a greve. E não tentar dirigir por fora sozinho, como oposição. Essa variante foi muito da oposição de São Paulo. E em Campinas foi pior ainda porque tentou criar um outro sindicato. E isso não deu em nada porque a classe não reconhecia, esvaziou-se. Em São Paulo a discussão era a frente única, não era mais o sindicato. A frente única é a oposição. A oposição tem que dirigir diretamente. Essa polêmica foi fundamental dentro do movimento operário. A gente acertou nisso. Criamos as oposições, depois de alguns anos ganhamos São José dos Campos. Em Jundiá nunca ganhamos porque foi fraude descarada. Esses pelegos tinham uma verdadeira organização de fraudar as eleições sindicais. E esses caras eram tudo treinados nos EUA. Tinha um presidente de sindicato, o Cabeça, de São Carlos. Ele tinha uma equipe, umas 40 pessoas, que levava em todas as eleições do interior de SP. Em São Paulo tinha outra, mais violenta, a tropa de choque, que se chamava "Décio Malho", que era o pessoal do Joaquim [dos Santos Andrade, Joaquinção] do sindicato de São Paulo. Era uma guarda de gente ligada ao sindicato, com camiseta, que vinha para bater mesmo. Era pancadaria com porrete. A oposição se defendia, tinha um bom sistema de segurança. Se defendia. Às vezes até conseguia bater nos caras, mas normalmente apanhava feio. Enfim, essa oposição nossa de Campinas perde a eleição. Aí só em 84 é que vai ganhar. Mas aí eu já tinha saído do movimento operário. Tinha voltado para Santa Catarina.

Fontes:

Entrevista realizada pelo autor, no dia 13 do mês de junho de 2013, com Tarcísio Eberhardt, em Florianópolis.

Requerimento de anistia. Processo nº2011.01.69989.

Referências

ALMEIDA, Criméia Schmidt. **Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)**. 2. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo (SP): IEVE/Imprensa Oficial, 2009.

ALMEIDA NETO, Eduardo. **Brasil: Reforma ou Revolução?**. São Paulo: Cadernos Marxistas, 2000.

AMARAL, Marina. Conversa com Mr. Dops. **Agência Pública de Reportagem e Jornalismo Investigativo**. 9, fev. 2012. Disponível em: <http://www.apublica.org/2012/02/conversas-mr-dops/>. Acesso em: 5 ago. 2013.

ARAÚJO, Maria Celina Soares de; SOARES, Glaucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Os anos de chumbo : a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro (RJ): Relume-Dumara, 1994.

ARAÚJO, Maria Celina Soares de; CASTRO, Celso. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Dossiê Geisel**. 3. ed Rio de Janeiro (RJ): FGV, 2002.

ARAUJO, M. P. N. Lutas democráticas contra a ditadura. In FERREIRA, J. e REIS, D. A. **Revolução e democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ARNS, Paulo Evaristo. **Brasil: nunca mais**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BASTOS, Paulo Mello. **A Caixa-Preta do golpe de 64: a república sindicalista que não houve**. Rio de Janeiro: Família Bastos Editora, 2006.

BENVENUTI, P. Os estranhos visitantes do DOPS. **Brasil de Fato**, 15 fev. 2013. Disponível em: <http://www.brasiledefato.com.br/node/11968> Acesso em: 5 ago.

2013.

BLOCH, Marc. **Apologia da História: ou ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BARDAWIL, José Carlos. A onda de Medeiros: O ex-faxineiro que passou pelo PC e hoje preside o maior sindicato do País ainda tem sérias dúvidas sobre o convite de Brizola para ser vice. **IstoÉ-Senhor**. São Paulo, nº 1029, 31 mai. 1989.

BRASIL. **Lei nº 5.107**, de 13 de setembro de 1966. Cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 4131**, de 3 de setembro de 1962. Disciplina a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 9140**, de 4 de dezembro de 1995. Lei que estabelece a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos.

BRASIL. **Lei nº 10559**, de 13 de novembro de 2002. Lei que estabelece a Comissão de Anistia.

BRASIL. **Lei nº 12528**, de 18 de novembro de 2011. Lei que estabelece a Comissão Nacional da Verdade.

BRASIL. **Lei Nº 4.330 – DE JUNHO** de 1964 – DOU DE 3/6/64.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 37**, de 18 de Novembro de 1966.

BRASIL. **Decreto nº 61.574**, de 20 de Outubro de 1967.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **A Ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985**. 2012. 584 f. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2012.

CARVALHO, Aloysio Castelo de. **A Rede da Democracia: O Globo, O Jornal e Jornal do Brasil na queda do governo Goulart (1961-64)**. Niterói, Eduff/Nitpress, 2010.

CASTRO, Celso Correa Pinto de; D'ARAUJO, Maria Celina; ABREU, Alzira Alves de. **Dossiê Geisel**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2002.

CORDEIRO, Janaína Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. **Estudos históricos**, v.22, nº 43, p. 85-104, 2009.

DÁVILA, S. Planos dos EUA antecipou ação dos militares. **Folha de São Paulo**, 15 jul. 2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u312050.shtml> . Acesso em: 29 abr. 2013.

DELLAMORE, Carolina. **Marcas da clandestinidade**: memórias da ditadura militar brasileira. Brasília: DF: MINC, 2011.

Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Manuel_Fiel_Filho . Acesso: em 20 jul. 2013.

Ditadura Militar cassa diretoria do nosso Sindicato. **Revista 25 anos - Resistência e Luta**, São Paulo, p. 10, 2009. Disponível em: http://issuu.com/metalcampinas/docs/revista_25_anos_-_correta_final?e=4090881/3169346 Acesso em: 28 abr. 2013.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado, ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Ed Vozes, 1981.

EARP, Fábio Sá; PRADO, Luiz Carlos Delorme. O “milagre brasileiro”: crescimento acelerado, integração internacional e distribuição de renda. In: FERREIRA, Jorge/ DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano**: o tempo da ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 4.

FALCÃO, Frederico José. Os homens do passo certo – O PCB e a esquerda revolucionária no Brasil (1942-1961). São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sundermann, 2012.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2003.

FERNANDES, Florestan. **A ditadura em questão**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

FICO, Carlos. . **Além do golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro (RJ): Record, 2004.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, nº 47, p. 29-60. 2004.

FONSECA, Maria Hemília. . **Departamento pessoal**: relações trabalhistas e sindicais. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2009.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra (2004). **Legitimidade e Credibilidade**: Impasses da Política Econômica do Governo Goulart. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-41612004000300007&script=sci_arttext&lng=pt . Acesso em: 29 abr. 2013.

FURTADO, Celso. **O Brasil pós-”milagre”**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIANNOTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GOLDMANN, Lucien. **Dialetica e cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GOMES, A. Operários contra a ditadura. **Opinião Socialista**. São Paulo, 31 out. a 20 nov. 2012, edição 452, p. 13.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas, a esquerda brasileira: das ilusões perdidas a luta armada**. São Paulo: Ática, 1990.

HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **Historia da industria e do trabalho no Brasil: (das origens aos anos vinte)**. São Paulo (SP): Global, 1982.

HOBSBAWN, Eric J. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOBSBAWN, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octávio. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LEITE, Márcia de Paula. **Três anos de greves em São Paulo, 1983-1985**. São Paulo: Fundação SEADE, 1987.

LENIN. **Imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Global Editora, 1979.

MATOS, Marcelo Badaró. **Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca: 1945 – 1964**. Rio de Janeiro (RJ): APERJ/FAPERJ, 2003.

MARX, Karl. **A revolução antes da revolução: As lutas de classes na França de 1848 a 1850; O 18 de Brumário de Luis Bonaparte; A Guerra Civil na França**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. COGGIOLA, Osvaldo (org.). **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Tradução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MELO, Jorge José de. **Boilesen um empresário da ditadura: a questão do apoio do empresariado paulista à OBAN/Operação Bandeirantes, 1969-1971**. 2012. 138 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2012.

MORENO, Nahuel. Dos Métodos Frente a la Revolución Latinoamericana. *Marxismo Vivo Nueva Época*, San Pablo, nº 1, 2010.

OLIVEIRA, C. Trabalhadores, jovens e até bebês foram vítimas da ditadura. **Portal IG**, 5 fev. 2013. Disponível em: <http://colunistas.ig.com.br/poderonline/2013/02/05/trabalhadores-e-jovens-foram-os-principais-alvos-da-ditadura/>. Acesso em: 28 marc. 2013.

OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. **De Geisel a Collor**: forças armadas, transição e democracia. Campinas: Papyrus, 1994.

OVÁTIVO, C.; DAL PIVA, J.; REMÍGEO, M. Torturador conta rotina da Casa da Morte de Petrópolis. **O Globo**, 23 jun. 2012. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/torturador-conta-rotina-da-casa-da-morte-em-petropolis-5300155> Acesso em: 7 ago. 2013.

PENNA FILHO, Pio. Os arquivos do Centro de Informações do exterior (CIEX): o elo perdido da repressão. **Acervo**, Rio de

Janeiro (RJ), v.21, n.2 , p. 79-92, jul. 2008.

PESAVENTO, Sandra Jathay. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

POSSAS, Mario Luiz. Empresas Multinacionais e Industrialização no Brasil. In: **Desenvolvimento Capitalista no Brasil**. Vol. 2 .S.Paulo, Ed. Brasiliense, 1983. pp. 24-25.

PRADO JUNIOR, Caio. **Historia econômica do Brasil**. 37a ed. São Paulo: Brasiliense, 1967.

REIS, D. A. Classe operária, partido de quadros e revolução socialista. O itinerário da Política Operária – Polop (1961-1986). In FERREIRA, J. e REIS, D. A. **Revolução e democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Será aumentada a ajuda dos Estados Unidos ao Brasil. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 2, 4 abr. 1964. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1964/04/04/2//4421115> Acesso em: 29 abr. 2013.

SINDIPETRO AL/SE. **Sindipetro AL/SE lança Comissão da Verdade, Memória e Justiça ‘Alan Rodrigues Brandão’**, 5 marc. 2013. Disponível em: <http://sindipetroalse.org.br/noticia/643>. Acesso em: 28 marc. 2013.

SINGER, Paul. **A crise do “milagre”**: interpretação crítica da economia brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SOUZA, Percival de. **Autopsia do medo: vida e morte do delegado Sergio Paranhos Fleury**. São Paulo (SP): Globo, 2000.

TOLEDO, Caio Navarro de (2004). **1964: golpe contra as reformas e a democracia**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882004000100002&script=sci_arttext . Acesso em: 28 abr. 2013.

TROTSKY, Leon. **História da Revolução Russa (Tomo um)**. São Paulo: Sundermann, 2007.

WELMOWICKI, José. **Cidadania ou Classe? O movimento operário da década de 80**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2004.

VIGOTSKI, L. S. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Ilustrações:

1. Membros da chapa da oposição de 1981 ao Metal Campinas. Tarcísio Eberhardt é o primeiro da linha do meio da esquerda para a direita. Revista 25 anos - Resistência e Luta, São Paulo, p. 10, 2009. Disponível em:
[http://issuu.com/metalcampinas/docs/revista_25_anos -
_correta_final?e=4090881/3169346](http://issuu.com/metalcampinas/docs/revista_25_anos_-_correta_final?e=4090881/3169346) .

2. Capa do jornal da oposição de 1981 da qual Tarcísio Eberhardt fazia parte. Arquivo pessoal de Tarcísio Eberhardt.

3. Página interna do jornal da oposição. Tarcísio concorria como vice-presidente. Arquivo pessoal de Tarcísio Eberhardt.